Marcos Amadeus Sousa Rodrigues

RELAÇÃO BRASIL E PAÍSES MEMBROS DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Orientador: Marco Antônio Cavalieri Brandão

Resende
2020

Marcos Amadeus Sousa Rodrigues

RELAÇÃO BRASIL E PAÍSES MEMBROS DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Aprovado em _____ de ____________________ de 2020:

Banca examinadora:

____

Marco Antônio Cavalieri Brandão – Cel R1
(Presidente/Orientador)

____

Bruno De Almeida Câncio – Maj Inf

____

José Octavio Távora Filho – Cel R1

Resende
2020

Ao futuro, que apenas a Deus pertence, mas que cabe a nós definirmos.

AGRADECIMENTO

Querido Deus... A longa jornada da formação se encerrou. Muitas coisas deram certo, outras nem tanto, mas eu sei que tudo foi conforme o Senhor planejou. Sei que tudo aconteceu segundo a Sua vontade e que foram atendidas todas as minhas necessidades, mesmo quando, naquele momento, por minha imaturidade, não entendi. Agora, para tantos devo minha gratidão. À minha Mãe, Claudinéia, e ao meu Pai, Juarez, que sou eternamente grato pela longa caminhada que fizemos juntos; guiaram-me por momentos que não conseguiria passar sozinho, peço que o Senhor os recompensem com o mesmo sentimento de vitória que hoje sinto, pois se estou aqui, foi por causa deles. Que eu possa continuar servindo de exemplo para meus irmãos, Mariana e João, e possa mostrar-lhes um caminho nobre, eles que foram meu incentivo constante para seguir em frente. Aos meus irmãos de farda, que me ajudaram a dividir o peso da mochila, que sejam iluminados em suas carreiras, pois com eles passei os melhores e piores momentos. Aos meus amigos e familiares peço à paz e felicidade em seus corações, pois foram de extrema importância para minha estrela. Aos meus professores e instrutores que me proporcionaram as ferramentas necessárias para me formar um oficial de infantaria e ao Capelão Lucas, o General Gurgel e o Grupo Luce, que foram presentes em formação espiritual enquanto cadete, peço imensuráveis graças. À AMAN, por ter me feito homem, peço a guarda desse simbólico templo. Por fim, ao Senhor, meu Deus, agradeço-Te por ter me proporcionado uma formação tão ímpar e por ter me feito infante. Amém.

"O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever."

(Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva,
Barão do Amazonas)

RESUMO

RELAÇÃO BRASIL E PAÍSES MEMBROS DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

AUTOR: Marcos Amadeus Sousa Rodrigues
ORIENTADOR: Prof. Marco Antônio Cavalieri Brandão

O presente trabalho busca investigar a relação do Brasil com os países africanos que costeiam o Atlântico visando a consolidação da liderança perante os demais vizinhos. Esse status é ameaçado pela presença de potências globais que ali buscam o acesso a recursos energéticos e ganhos econômicos. A elaboração de documentos que balizam os interesses nacionais engloba o Atlântico Sul como parte fundamental de seu entorno estratégico, isso devido à importância dessa via marítima para o Estado Brasileiro. Buscando suprir a deficiência na defesa e aumentar a projeção de poder na região de interesse, a Política Externa Brasileira priorizou a criação e desenvolvimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS –, como esforço "Sul-Sul", sendo um foro multilateral de diálogo e articulação estratégica entre os membros para assegurar os interesses dos signatários sobre a região, com o objetivo de blindar o espaço marítimo de influência extrarregional e garantir a segurança do vasto vazio geográfico. Para tanto é necessária a análise das características da área de estudo, afim de levantar os interesses dos atores globais sobre a região, bem como verificar a forma de atuação destes agentes. Em seguida o foco passa a ser a maneira pela qual o Brasil interage no continente africano e a forma de projeção de poder eficaz, compatível com suas possibilidades. Para a elaboração deste trabalho, foi necessária a pesquisa bibliográfica de diversos autores das relações internacionais, bem como a análise de documentos e textos ligados aos objetos pesquisados, sobretudo de fontes oficiais governamentais. Conclui-se que o Brasil possui condições de exercer influência sobre os países africanos membros da ZOPACAS, através de suas Forças Armadas e de empresas nacionais, seguindo a forma de Projeção de Poder Persuasiva. Balizada na dinâmica entre a potência regional sul-americano e a África, alinhada a Política Externa Brasileira de cooperação e desenvolvimento através de acordos bi e multilaterais, é possível alcançar a liderança brasileira perante os demais vizinhos sobre o Atlântico Sul.

Palavras-chave: Atlântico Sul. ZOPACAS. África. Projeção de Poder. Entorno Estratégico

ABSTRACT

THE RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND COUNTRIES MEMBERS OF THE SOUTH ATLANTIC PEACE AND COOPERATION ZONE

AUTHOR: Marcos Amadeus Sousa Rodrigues
ADVISOR: Professor Marco Antônio Cavalieri Brandão

The following work has the objective to examine the relationship between Brasil and African countries that coast the Atlantic Ocean to establish if Brazilian leadership in the region is possible. This status is threatened by the presence of global powers that seek energetic fuel source and economic gains. The formulation of documents that guide national interests define the South Atlantic as a fundamental part of its strategic surrounding, due to the importance of this ocean for the Brazilian State. Seeking to supress the deficiency in defense and increase the power projection in the region of interest, the Brazilian Foreign Policy has prioritized the creation and development of the South Atlantic Peace and Cooperation Zone - ZOPACAS - as a “South-South” effort, being a forum of multilateral dialogue and strategic articulation among members to ensure the interests of the signatories over the region, aming to shield the South Atlantic from extra-regional influences and guaranteeing the security of that vast geographical void. Therefore, it is necessary to analyze the characteristics of the area of study, in order to raise the interests of global actors in the region, as well as to verify the form of acting of these agents. Then the research will focus on the way in which Brazil interacts on the African continent and the form of effective power projection, compatible with its actions. For the elaboration of this work, it was necessary the bibliographical research of several international politics authors, as well as the analysis of documents and texts related to the researched objects, mainly from official government sources. The conclusion is that Brazil has conditions to exercise his influence over the African countries that are members of ZOPACAS, through its Armed Forces and national companies, following the form of Persuasive Power Projection. Based on the dynamics between the South American regional power and Africa, in line with the Brazilian Foreign Policy of cooperation and development in bi and multilateral agreements, it is possible to achieve Brazilian leadership through other neighbors over the South Atlantic.

Keywords: South Atlantic. ZOPACAS. Africa. Power Projection. Strategic Sourrounding

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GÁFRICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFA	Academia da Força Aérea
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AIDS	Acquired Immunodeficieny Syndrome
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CGDP	Cooperação Técnica ente Países em Desenvolvimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EN	Escola Naval
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV	Human Immunodeficiency Virus
ICAC	Comitê Consultivo Internacional do Algodão
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MB	Marinha do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PND/END	Política e Estratégia Nacional de Defesa
SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas
WRI	World Resource Institute
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

O domínio dos mares sempre esteve dentre os maiores desejos do homem. O grande desconhecido levava a imaginação de grandes monstros e mitos que habitavam o gigantesco espaço que englobava o mundo conhecido. Foi nas grandes navegações, protagonizada por Portugal e Espanha que este desejo passou de uma simples busca por novas rotas comerciais para a necessidade das nações de se consolidarem como potenciais globais, a partir do domínio dos mares. Alfred Mahan, almirante da marinha norte americana e historiador, foi responsável pela célebre frase: “Quem domina os mares, domina o mundo”[1]. Este pensamento estava alinhado aos grandes confrontos navais ocorridos na história, que mudaram a dinâmica do poder, como por exemplo a Batalha de Gravelines em que a Invencível Armada Espanhola foi derrotada pela marinha britânica, representando o fim da hegemonia espanhola sobre os mares e ascensão do império inglês. Outro embate que acarretou no câmbio de poder foi a Batalha de Trafalgar, em que o expansionismo de Napoleão foi barrado nos mares, novamente, pela Real Marinha Britânica, culminando na desistência dos planos de invasão das ilhas britânicas pelos franceses e na hegemonia global pela coroa inglesa. Esta, manteve-se com tal status até a Segunda Guerra Mundial, sendo substituída no período pós-guerra pelos Estados Unidos, que saem como detentores hegemônicos do poder naval, concorrendo com a então URSS.

Dada a importância que os oceanos possuem para que os países atinjam o status de potências globais, o Atlântico Sul é o espaço vital para o protagonismo do Brasil no cenário internacional. Diante de sua importância econômica, em que 95% de todo comércio com o exterior é proveniente desta rota marítima e nas recentes descobertas de recursos energéticos – petróleo e gás natural –, sua segurança e proteção enquadram-se dentro das Políticas e Estratégias de Defesa Nacional, estipuladas no começo da segunda década do presente século (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 221). O Brasil irradia, naturalmente, sua influência sobre o oceano, visto sua propulsão geográfica natural sobre ele, contudo, é de interesse nacional a consolidação de sua liderança perante os demais vizinhos que compartilham deste vasto espaço geográfico. Nesta linha de pensamento os países africanos costeiro ao Atlântico possuem papel fundamental para a Política Externa Brasileira.

O continente africano, desta forma, é um importante meio para o esforço brasileiro sobre a segurança do Atlântico Sul e em muitos aspectos se assemelha ao Brasil. Os laços forjados, foram primeiros marcados pela exploração colonial, que miscigenaram línguas e costumes, através dos navios negreiros que aportavam na colônia portuguesa, formando a partir de

[1] Traduzido do original: “Whoever rules the waves, rules the world”

diferentes povos o homem brasileiro. Posteriormente essa relação foi mantida mediante o intercâmbio de cooperação, desenvolvimento e investimentos em parcerias científicas e bélicas, balizado pelos alicerces de tratados bi e multilaterais.

Através desses projetos, o país latino que ocupa a posição de liderança na América Latina projeta seu poder a seus vizinhos que fazem frente ao lado oposto do oceano. Essa região, que inclui todo o Atlântico Sul é vital para o assegurar os planos estratégicos brasileiros e proteger a própria soberania. Foi nesse contexto de manutenção da estabilidade da área supracitada e frente às ameaças impostas pela Guerra Fria que surge, por iniciativa brasileira, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS – em meados da década de 80. Que se define pela segurança e cooperação.

As pautas iniciais se delimitavam pela não proliferação de armas nucleares e contra a corrida armamentistas presente no resto do globo. Seus objetivos focavam em evitar um confronto oriundo de quaisquer potências extra regionais e promover a paz. No contexto atual, devido ao cenário global essas pautas se aperfeiçoaram, intensificando não só em segurança, com medidas contra a pirataria nos mares, mas também no desenvolvimento pela cooperação entre os signatários.

Com a consolidação da ZOPACAS como órgão regente na interação entre os países e a crescente disputa global pelos recursos naturais no Atlântico Sul surge a questão: O Brasil conseguiria alcançar a liderança que almeja na região, fazendo frente às potências globais presentes neste teatro?

Partindo desta problemática, será verificado a hipótese de que o Brasil pode atingir o patamar que deseja no Atlântico Sul, projetando seu poder sobre os demais países que costeiam o oceano.

Dentro da área de estudo de ciências militares e da linha de pesquisa das Relações Internacionais, este trabalho tem como foco a análise das relações entre o Brasil e os países membros da ZOPACAS, sobretudo, os africanos signatários do tratado. Isso com a finalidade de verificar a possibilidade de consolidar a projeção de poder brasileira na região frente a potenciais globais presentes e levar em frente o projeto de inserção internacional almejado pelo país.

Para atender esses objetivos, o trabalho analisou obras bibliográficas, comparou documentos oficiais, tratados e decretos, afim de gerar maior entendimento das relações entre os agentes atuantes da região e suas relações com a Política Externa Brasileira.

A pesquisa é justificada pela busca brasileira em ampliar o espaço geoestratégico centrado na segurança marítima – visando a proteção contra as ameaças de pirataria e de

influência por parte de nações externas à região – bem como o desenvolvimento sustentável dos países signatários da ZOPACAS. Nesta perspectiva, estando dentro da Política de Defesa Nacional, a problemática tem seu peso maior sobre a Marinha do Brasil, juntamente como o Exército Brasileiro e a Força Aérea em operações conjuntas, responsável pela segurança do Atlântico Sul.

O trabalho foi divido em 4 fases distintas. Na primeira, foram levantados os antecedentes históricos e seu impacto para atual conjuntura do cenário que compreende os países africanos dentro da área de interesse. Por seguinte, foram levantadas características fisiográficas, psicossociais e econômicas destes países, para entender o resultado disso para a política externa da região, levantando o que justifica o interesse externo a região.

A 3ª fase, a revisão bibliográfica, foi dividida em 4 distintos subitens, tópicos importantes para a análise da problemática, são eles: ZOPACAS, Presença da OTAN no Atlântico Sul, Presença da China no Atlântico Sul, Presença do Brasil no Atlântico Sul e Projeção de Poder. Nesta fase foram estudados o tratado da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a interferência dos distintos atores estatais e a forma com que atuam na área de interesse. A fase aborda também o tema de Projeção de Poder, e apresenta as formas pelas quais uma nação realiza sua influência sobre as demais, levantando as diferentes formas de poder.

Por fim, na última fase, foi feito a análise de todos os dados levantados para comprovar a premissa inicial. Se o Brasil poderá alcançar o status que almeja na região, num longo espaço de tempo, tendo como base a política externa atual, que impõe os interesses brasileiros dentre os demais países da ZOPACAS.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o status de liderança do Brasil em relação aos países africanos membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

1.1.2 Objetivos específicos

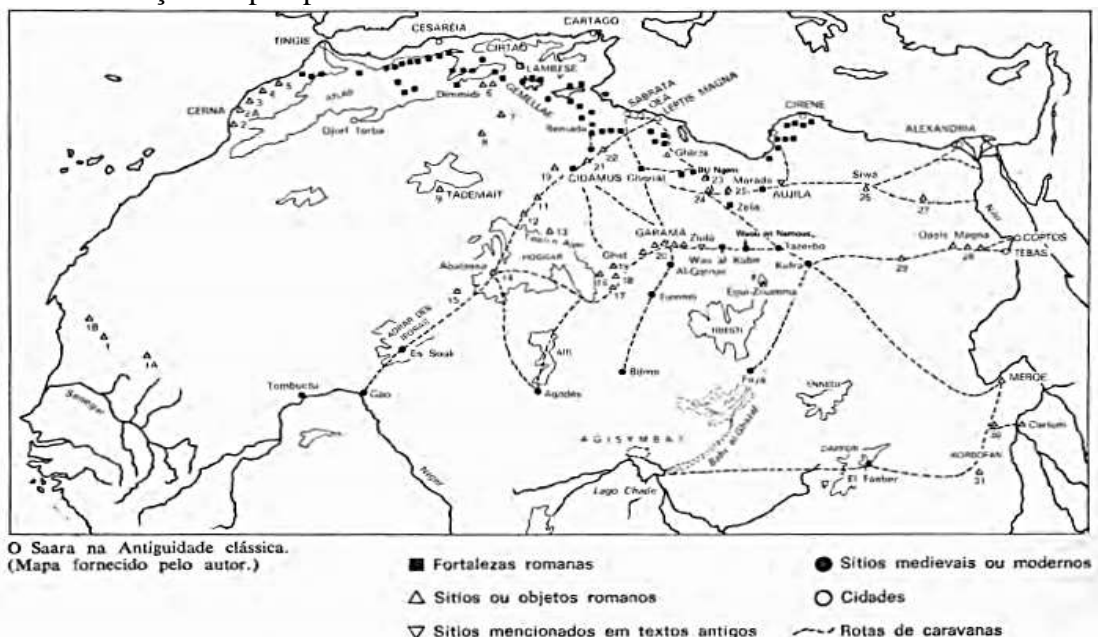
Levantar os interesses geoestratégicos que justificam a presença de signatários da OTAN e da China na região;

Estudar o relacionamento do Brasil com os países africanos membros da ZOPACAS;

Verificar dentro do fator político as formas de projeção de poder viáveis para o Brasil.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Divido pelo acidente geográfica natural – o deserto do Saara – as duas sub-regiões do continente Africano evoluíram ao longo da história de maneira distinta. Isso porque a África Saariana e Subsaariana ou também chamada – devido a suas características etimológicas – de África Branca e Negra, respectivamente, interagiram com os povos extracontinentais de diferentes modos, tendo influência direta na maneira como estes se formariam. O norte africano, sempre em contato com os impérios Europeus, desde a presença, de primeiro os gregos, e depois com os romanos e até a conquista e consolidação da região pelos Árabes que constituíram a base étnica/cultural dos Estados atuais da região. O Sul, por sua vez, começa sua interação com os povos estrangeiros, neste caso com os reinos europeus, a partir do começo das grandes navegações – quando a busca por novas rotas às Índias obriga Portugal a se aventurar nas águas do Atlântico Sul. Isso fruto da barreira natural criada pelo maior deserto do mundo, que permitiu o isolamento da região do Golfo de Guiné até o século XV, “o continente permaneceu por séculos fora das principais rotas de comércio. É certo que esse isolamento nunca foi completo; mas exerceu grande influência sobre muitas sociedades que se desenvolveram no isolamento geográfico.” (JOSEPH KI-ZERBO 2010). Evidência disso consta nas antigas rotas comerciais de caravanas e nas posições onde as antigas fortalezas romanas serviram de fundação para a construção das cidades. Nota-se o assentamento populacional ao longo da costa do Mediterrâneo e das poucas rotas que adentravam o deserto.

Figura 1 – Avanço europeu pela África

Fonte: Joseph Ki-Zerbo (2010)

O panorama da Europa entre as Idades Média e Moderna de caos com a presença de pestes, fomes e de confrontos internos não impediu que o recém independente Reino de Portugal se constituísse como nação. Este império se lança ao Oceano Atlântico impulsionado por sua característica territorial que naturalmente a projeta ao mar. Esse desenvolvimento permitiu que o reino se expandisse em busca de novas rotas comercias para as Índias constituindo, pelo seu trajeto, feitorias ao longo de toda costa africana, permitindo assim as primeiras explorações da região até então desconhecido. “As zonas provedoras de escravos, que se estendiam do Senegal a Serra Leoa, da Costa do Ouro (atual Gana) à Nigéria, do rio Congo a Angola, foram as faixas do litoral onde os europeus primeiro se fixaram” (ALBERT ADU BOAHEN, 2010). As primeiras relações entre o povo europeu e africano foram de pequenos escambos e trocas comerciais de pouco valor, mas pouco demorou para que o tráfico negreiro mostrasse ser um sistema altamente lucrativo para a Coroa Portuguesa e posteriormente para o restante das nações estrangeiras que vieram ocupar o continente. Tal processo justificou-se na crença de superioridade entre as raças desenvolvida ao longo dos anos na Europa, como expõe Albert Adu Boahen (2010):

> O resultado foi que, baseando -se no que era considerado uma herança greco -romana única, os intelectuais europeus convenceram -se de que os objetivos, os conhecimentos, o poder e a riqueza de sua sociedade eram tão preponderantes que a civilização europeia deveria prevalecer sobre todas as demais. Consequentemente, sua história constituía a chave de todo conhecimento, e a história das outras sociedades não tinha nenhuma importância. Esta atitude era adotada sobretudo em relação à África. De fato, nessa época os europeus só conheciam a África e os africanos sob o ângulo do comércio de escravos, num momento em que o próprio tráfico era causador de um caos social cada vez mais grave em numerosas partes do continente.

Assim começam as primeiras relações entre os continentes africano e sul-americano – uma interação forçada e justificada sobre pretextos de superioridade dos povos. Mesmo que indiretamente, por intermédio do europeu, laços foram forjados e após a fundição entre os povos estrangeiros e nativos – formando o homem brasileiro miscigenado – as rotas comerciais e as raízes culturais entre o Brasil e a África subsaariana permaneceram.

O interesse pelo continente africano inicialmente foi de pouca expressão. O período que compreende a passagem dos séculos XIX e XX, pelo contrário, marcou o início de um período de violenta exploração do Golfo de Guiné, sobrepondo as vontades estrangeiras sobre os nativos de uma maneira nunca antes vistas. Tudo isso balizado por uma série de tratados, liderados pelos impérios britânico e o recém consolidado alemão – ambos operando na sede por matérias primas vitais para impulsionar as indústrias nacionais – que oficializaram a exploração do continente sobre o pretexto de levar a civilidade aos africanos. Se em algum momento estas

pautas justificaram tais conferências, as ações decorrentes delas demonstraram o que estava por vir nos anos seguintes (BOAHEN, 2010). Este mesmo autor expõe:

> Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou -se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema.

A África, em geral, sofreu pela extrema violência da exploração estrangeira. Casos como dos acontecidos nas colônias Belgas eram recorrentes, marcados pelas denúncias de esquartejamento, estupro e mutilação por parte das autoridades como forma de conter possíveis rebeliões e até mesmo em resposta às formas mais simples de insubordinação. “Em vez disso, aplicavam-se o chicote, as mutilações, a tomada das mulheres e dos filhos como reféns, o incêndio das aldeias e um número considerável de execuções.” (BOAHEN, 2010). A câmera fotográfica, naquela época ainda novidade para o mundo, proporcionou as primeiras imagens da brutalidade ocorrido nos domínios do Rei belga, Leopoldo II.

Figura 2 – Pai olha para pés e mãos de filha

Fonte: Pai (2017)

Nos restantes das colônias européias a brutalidade das medidas coercitivas também fazia parte da política de governo das nações européias, essa característica marca o Neocolonialismo

como um todo, e desta forma os interesses econômicos dos dominadores eram assegurados. Boahen (2010) expõe:

> Formas evidentes de trabalho forçado e mal escondidas formas de escravidão marcaram, portanto, a consolidação da economia colonial na África. Desde os primeiros anos do século atual, o "contrato de trabalho" instituído pelos portugueses em São Tomé e os horrores perpetrados no Congo do rei Leopoldo (hoje Zaire) causaram tamanho escândalo que foi preciso proceder a algumas reformas ou, pelo menos, camuflar essas práticas, para acalmar a opinião liberal da Europa ocidental [...] Entre 1904 e 1907, o governo da Alemanha imperial conseguiu esmagar impiedosamente a agitação dos africanos em Camarões, no Sudoeste Africano (hoje Namíbia) e na África Oriental Alemã (atual Tanzânia) [...] Depois de 1918, quando estava em pauta distribuir as colônias alemãs, o Reino Unido foi o primeiro a propor que a Alemanha fosse definitivamente desapossada de seus territórios, em razão de o colonialismo alemão ser considerado o mais coercitivo. Argumentava -se que as autoridades alemãs tinham mantido o escravagismo e autorizado o uso sistemático do açoite. Os alemães contestaram as acusações, replicando que os britânicos e os franceses eram culpados por iguais excessos. Na realidade, o modo de produção colonial acarretava o máximo de coerção, tanto para recrutar a mão de obra africana como para mantê-la nos locais de produção. Nos primeiros tempos do colonialismo, por vezes o próprio capital privado encarregou -se da coerção e de fazer reinar a ordem. Assim foi no tempo das companhias dotadas de privilégios, cartas e concessões, que exerceram atividades na África austral e central, na Nigéria e na África Oriental Alemã. À primeira vista, nada parecia obstar o processo de acumulação de capital dessas companhias. No entanto, elas tiveram de suportar o custo das intervenções armadas necessárias para destruir a independência política da África e para lançar as bases das economias coloniais. Sua brutalidade realmente não tinha limites, particularmente nas regiões em que a população estava muito dispersa, fator que aumentava as dificuldades de recrutamento de mão de obra, como no Congo francês (atual República Popular do Congo). Contudo, em matéria de coerção, as companhias dotadas de privilégios não podiam fazer as vezes do Estado. Em consequência, os Estados europeus tiveram de assumir diretamente a responsabilidade por seus territórios – e isso valeu como regra geral durante a década de 1890 –, montando nos locais organismos coloniais para supervisionar a economia por conta dos capitalistas privados. Estes, habitualmente, recebiam compensações em troca do abandono de seus privilégios políticos, o que revela claramente a quais interesses de classe as potências coloniais procuravam proteger.

O sentimento de nacionalismo africano possui suas raízes em momentos conturbados, entre as duas Guerras Mundiais, porém com o término da Segunda Grande Guerra, os colonizados aproveitam-se do momento de fragilidade de seus colonizadores e a luta pela independência se intensifica. Aproveitando-se do momento de euforia deixado após a derrota do nazifascismo na Europa que, "representava o insucesso de uma doutrina fundada sobre o racismo, a exaltação da força bruta e a negação dos direitos aos povos em dispor, por eles próprios, do seu futuro" (MAZRUI, 2010), os nacionalistas africanos iniciaram um processo de criação da identidade nacional. Eles recebiam apoio por parte de diferentes meios, o mais expressivo, a impressa, que publicava matérias dentro e fora do continente africano. Para não perder suas colônias, todas as medidas de repressão tiveram como propósito isolar a África das "correntes gerais do desenvolvimento mundial". Essa medida de contenção teve efeito contrário

“ao fazer com que o nacionalismo e o anticolonialismo crescessem como bola de neve, rumo a formas mais profundas e amplas que [...] conduziram ao movimento de derrocada do sistema colonial” (BOAHEN, 2010).

A independência chega ao continente africano entre os anos 50 a 70 –, porém de forma e em momentos diferentes para as colônias. Os Estados europeus, pressionados pelas próprias crises internas e pela opinião mundial contrária ao regime de exploração tinham conhecimento que não teriam forças para continuar a ocupação de um vasto império e mantiverem suas posses até que suas capacidades de negociação gerassem um acordo que evitasse gastos contra as lutas armadas. Nesse aspecto, as nações recém-independentes da África pouco se organizaram e passaram pelo processo de descolonização de forma individual. No Golfo de Guiné – assim como no restante do continente –, onde havia a presença de várias nações europeias, o efeito expressivo foi a manutenção das fronteiras anteriormente definidas pelos estrangeiros, delimitações feitas em cima dos interesses econômicos e explorativo e não do aspecto socio-etimológico e geográfico. Tudo isso, refletindo em conflitos provocados por questões raciais. (BOAHEN, 2010). É verificado, segundo o autor:

> Não haja porém dúvidas de que muitos desses Estados foram criações artificiais e de que essa artificialidade colocou alguns problemas para pesarem fortemente sobre o desenvolvimento futuro do continente. O primeiro é o seguinte: certas fronteiras dividem grupos étnicos já existentes e retalham Estados e reinos, o que provoca perturbações sociais e deslocamentos. Por exemplo, os Bakongo estão divididos pelas fronteiras de Angola, Congo Belga (atual Zaire), Congo francês (atual República Popular do Congo) e Gabão. Hoje em dia, parte dos Ewe vive em Gana, outra no Togo e outra, ainda, no Daomé (atual Benin); os Somali estão espalhados pela Etiópia, Quênia, Somália e Djibouti; os Senufo encontram -se no Mali, na Costa do Marfim e no Alto Volta. Estes exemplos poderiam ser multiplicados. Uma das consequências importantes desta situação são as crônicas questões fronteiriças a prejudicar as relações de alguns Estados africanos independentes (Sudão/ Uganda, Somália/Etiópia, Quênia/Somália, Gana/Togo, Nigéria/Camarões). Em segundo lugar, dada a natureza arbitrária dessas fronteiras, cada Estado Nacional é constituído por uma miscelânea de povos de cultura, tradições e língua diferentes. Os problemas que essa mescla levanta para a edificação de uma nação não se têm mostrado fáceis de solucionar.

Além disso a posse desigual das áreas ricas em recursos naturais gerou atritos na região, provocando disputa por recursos econômicos e naturais que variam desde água potável e terras férteis – vitais para abastecimento de cidades e a agricultura – até as terras ricas em jazidas de pedras preciosas e metais de valor. Esses reflexos do Neocolonialismo evidenciados na África, com especial expressividade na área estudada, acarretaram nos problemas atuais dessas nações. Essas cicatrizes são marcas da exploração sem compromisso por parte dos Estados que até pouco tempo justificavam suas ações na crença de superioridade étnica. Pimentel (2000) expõe que mesmo após 40 anos do fim da era colonial, as estruturas políticas deixadas “foram

absorvidas pelo [...] “sistema neopatrimonial”, sob as quais elites locais se asseguraram de certos privilégios e em troca admitiram a autoridade do Estado.” O autor se refere, ainda, a uma certa independência no continente africano em relação aos governos, apesar da estrutura deixada, porém “na virada dos anos 70 [..] o neopatrimonialismo entrou em colapso e os dirigentes africanos pretenderam compensar pela força o que não mais conseguiam pela persuasão”. Começa assim a necessidade de se adquirir capital estrangeiro e de “recorrerem à ajuda militar dos seus patrocinadores internacionais” (PIMENTEL, 2000). Os próximos anos levaram as nações africanas, incluindo aquelas do Golfo de Guiné, a entrarem num processo de bola de neve em que dependiam das instituições financeiras internacionais que “impuseram os programas de ajustamento estrutural, que os Estados africanos absorveram” (PIMENTEL, 2000). Os anos seguintes foram marcados pela criação dos acordos de cooperação entre países do continente e fora dele. Se destacam para este estudo a Zona de Cooperação do Atlântico Sul – ZOOPACAS – e a Comissão do Golfo da Guiné. A falta de comprometimento em relação aos agentes estrangeiros com a África e os ineficientes governos fizeram do continente um conjunto de Estados que patinam entorno do mínimo de sustentabilidade.

3 CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

3.1 FISIOGRÁFICA

O Golfo de Guiné é a região que compreende a maior parte dos países africanos membros da ZOPACAS pesquisados nesse estudo. Este é composto pela Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé, totalizando 9 nações. Além destes Estados centrais, serão pesquisados neste trabalho outros países que compartilham do Atlântico Sul, sobretudo a Angola, a República Democrática do Congo, a República do Congo, a Namíbia e a África do Sul, que são de grande relevância para esta pesquisa. A área que define o Golfo compreende uma vasta área sensível devido à sua dimensão perante o continente, a riqueza de recursos naturais e a ausência de uma fiscalização especializada. Sendo assim, a proteção contra a pirataria e a presença de outros agentes extrarregionais, fazem com que cresça a necessidade de consolidação da liderança essencial para defesa do entorno estratégico brasileiro.

Cortada pela Linha do Equador e fazendo frente ao Atlântico Sul, a área de estudo é caracterizada pelo clima Equatorial Húmido, propício para criar uma das florestas mais húmidas e quentes do planeta, que se estende por quase todos os países africanos da ZOPACAS, em que ocupa até as montanhas do terreno irregular. Onde a selva não toma espaço, as planícies são preenchidas pelas regiões de estepe, em que o calor elevado faz acompanhar pela seca ou pelo semiárido. Ao sul, o deserto da Namíbia inutiliza uma área de 81 mil quilômetros quadrados sendo inóspita em sua totalidade (KI-ZERBO, 2010). O autor expõe:

> O sol atinge o zênite duas vezes por ano em todas as regiões intertropicais, mas somente uma vez nos trópicos de Câncer e Capricórnio, respectivamente a 21 de junho, data do solstício de verão, e 21 de dezembro, data do solstício de inverno no hemisfério norte. Atinge o zênite duas vezes ao ano no Equador, no equinócio de primavera (21 de março) e no equinócio de outono (21 de setembro). Em seu movimento aparente, o sol nunca desce muito abaixo do horizonte. Por essa razão, as temperaturas são altas durante todo o ano na zona intertropical. Nas regiões próximas ao Equador, onde a posição aparente do sol oscila em torno do zênite, observa -se uma ausência de estação térmica, pois há poucas variações sazonais de temperatura.

O relevo, variado em todo continente, se caracteriza por ser um “maciço uniforme”. Sua altitude média gira em torno de 660 metros em relação ao nível do mar, levando em consideração as serras presentes no litoral, as cadeias montanhosas, as depressões e as planícies que variam ao longo de todo espaço. Estes influenciam diretamente no regime de chuvas, que abastecem os leitos de rios, que por sua vez, sustentam toda a biodiversidade. As elevações costeiras servem, assim como no nordeste brasileiro, de barreiras naturais para as chuvas vindas

do Atlântico Sul e impedem o acesso das massas de ar úmidas para dentro do continente, onde a aridez toma conta em graus variados. A maioria dos países africanos signatários da ZOPACAS ficam expostas, diretamente, à monção de sudoeste. Uma pequena parte, porém, recebe menos umidade do oceano. Essa diferença varia do Equador aos trópicos, passando de um alto volume de chuvas para um baixo índice pluviométrico (KI-ZERBO, 2010).

Figura 3 – Relevo Africano

Fonte: Ki-zerbo (2010)

As características antes citadas influenciam diretamente na hidrografia da região. As estações de precipitações variadas formam redes hidrográficas perenes em diversos lugares das estepes que geram os grandes movimentos migratórios da vida animal pelo continente. O escoamento até o oceano, porém, quase não existe – por conta aos obstáculos naturais –, tornando assim que cresça de importância os grandes rios e seus deltas que desaguam no Atlântico, já que criam entradas naturais para terra a dentro. No caso dos países do Golfo de Guiné e dos países litorâneos em seu entorno, os principais cursos d'água são os rios Níger, Senegal, Volta e Congo são fundamentais para os países que detém esses destaques geográficos, sendo este último de grande poder energético e de maior extensão da África subsaariana sendo

a melhor via de transporte econômico da região. O Níger também tem sua importância a norte, segundo Ki-Zerbo (2010):

> Ele descreve uma extensa curva, de traçado bastante original. Nasce na faixa montanhosa do Atlântico e dirige -se para o Saara, orientando -se, depois, para o golfo da Guiné, onde deságua por um vasto delta. Assim, os cursos superior e inferior atravessam regiões meridionais de clima tropical úmido. O curso médio demora -se em um “delta interior” de clima saheliano e curva-se com dificuldade na região subdesértica de Tombuctu, antes de receber um volume de água cada vez maior em direção à jusante. A estação chuvosa traz duas cheias simultâneas, uma no curso superior e outra no curso inferior. Mas a primeira, que se manifesta até o Níger, declina gradualmente em consequência da evaporação e da infiltração na zona tropical seca. A segunda, visível desde o norte do Benin, continua a jusante devido às chuvas locais de máxima solsticial. O Níger recebe, no curso inferior, o Benue, seu principal afluente.

3.2 PSICOSSOCIAL

O continente Africano leva as marcas do Neocolonialismo sofrido que acarreta nos problemas psicossociais atuais. A etimologia – caracterizada pela diversidade de povos que compõem os Estados, tornando mais difícil a coesão dentro do território – as fracas estruturas governamentais – por sua maioria corruptas em quase sua totalidade de níveis – e a pouca capacidade econômica de realizar investimos – são os fatores que cominam na precariedade da população. Os países que possuem a menor taxa de expectativa de vida encontram-se na área de interesse deste estudo ou em seu entorno, isso, decorre das doenças que assolam a população, conflitos internos e a falta de recurso que acarretam na aquisição de necessidades básicas. De acordo com o World Resource Institute (WRI), referente a essas necessidades básicas três em cada cinco crianças passam fome e a maior parte da população ainda não tem acesso a eletricidade que proporciona qualidade de vida básica e fornecimento as necessidades essenciais. Por outro lado, um “boom” econômico está proporcionando o crescimento populacional desses países. O WRI prevê que no curso de 30 anos, até 2050, a população da região está prevista para dobrar em número, decorrente da rápida urbanização, mas freado pela precariedade das redes públicas de saúde e sanitárias. É histórica a presença de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) que assolam a região, sobretudo o HIV, que teve origem na África e infecta cerca de 1 em cada 4 pessoas em algumas localidades. Outra patologia originada no Golfo de Guiné e que atinge a região é o Ebola, outro vírus altamente infeccioso e letal. As questões étnicas ainda são responsáveis pelos grandes conflitos internos, esses grupos lutam pela dominância dos mais altos cargos políticos nacionais, fim de atenderem os privilégios de seus próprios integrantes. Vale lembrar o confronto étnico ocorrido no continente em meados

das décadas de 90, na República Democrática do Congo, que gerou a guerra civil e provocou o genocídio dos Tutsi – grupo que foi alvo de extermínios, estupros e mutilações. Desde então a presença da ONU na região é determinante para a imposição da paz. Os conflitos gerados pelo radicalismo religioso estão cada vez mais comuns nos países da ZOOPACAS, sendo os grupos terroristas os atores principais deste cenário. No entorno estratégico, a Nigéria atualmente é residente do grupo do Boko Haram que opera no oeste africano. Tais jihadistas são responsáveis pela maioria dos atentados terroristas fora do Oriente Médio. Segundo Pimentel (2000):

> Salientam que no espaço de 40 anos a África subsaariana foi palco de dezenas de conflitos, causadores de 10 milhões de mortos e 20 milhões de refugiados; a mortalidade infantil africana é 11 vezes superior à europeia e a expectativa de vida abaixo dos 50 anos; 71% dos infectados pela AIDS no mundo estão na África, onde também se originou o ebola; [...] o mesmo BIRD avalia que, de 1989 até 1995, foram gastos na África aproximadamente US$ 4,5 bilhões em armas, enquanto que para educação e saúde foram canalizados apenas US$ 1,8 bilhão; segundo o World Resources Institute, dois em cada cinco cidadãos africanos atuam diretamente em conflitos militares ou interétnicos; 60% dos combatentes têm entre 13 e 18 anos; o número de mutilados é de quase 4 milhões de pessoas; muitos países são governados por regimes militares e vários estão em guerra civil em maior ou menor escala e/ou têm grupos guerrilheiros ativos.

Todos esses motivos cominam na situação precária que vive a população africana e nos índices mais baixos de qualidade de vida que assolam o continente, incluindo os países da ZOOPACAS.

3.3 ECONOMIA

A economia africana, de modo geral, sempre foi baseada na exportação de comodities às superpotências e na importação de produtos industrializados, muitas vezes produzidos com as matérias primas retiradas próprio continente. A cobiça internacional começa pela exploração de minérios e pedras preciosas – que geram a sede extracontinental na África – e passa para as fontes energéticas de hidrocarbonetos, que atualmente representam maior parte da produção interna bruta da região. Outras fontes sustentam apenas uma pequena parte da receita dos países locais e envolvem o setor primário. Esses se resumem na agricultura e na pesca, além da retirada de madeira e produtos encontrados nas florestas. Este processo, no entanto, está trocando seu perfil populacional. Segundo a revista Forbes, a África tornou-se a região de mais rápida urbanização a nível mundial, sendo essa taxa migratória da zona rural para as cidades superior àquela de países como a China e a Índia. Para a revista, o continente segue pelos processos finais da quarta Revolução Industrial. Assim para suprir a demanda das megacidades sendo

formadas, os governos trocam pesados investimos estruturais e financiamentos estrangeiros pelo fornecimento de matéria prima. Hoje os hidrocarbonetos são os recursos mais cobiçados pelos atores globais.

Atualmente, a região tornou-se um fornecedor de petróleo e gás natural de grande confiança para o mundo. Apesar da instabilidade política dos países detentores desses recursos e dos crimes de pirataria que interferem nas produções estatais, o petróleo “offshore” – de águas de grande profundidade –, por ser afastado da costa, acaba sendo pouco afetada por esses problemas regionais, garantindo, assim, a sua extração. O fácil acesso para transportá-lo ao mercado consumidor também é grande atrativo para as empresas petrolíferas, já que a área se situa em uma das rotas de comércio marítimo com maior tráfego comercial. Por todos esses motivos, a exploração dessa *commoditie* corresponde a quase três quartos do PIB da região. Sua exploração é responsável por volta de 15% da produção mundial de petróleo e impulsiona o desenvolvimento local.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 ZOPACAS

No contexto de Guerra Fria, o Brasil se lança ao cenário internacional com ambições de se firmar diante das potências globais. A década de 80 foi marcada por grandes iniciativas brasileiras de proteção a soberania e seu entorno estratégico. Certos feitos foram marcantes nessa política externa. O Almirante Antônio Ruy de Almeida, coordenador de Pós-graduação da Escola Superior de Guerra (ESG) e representante no Seminário: "Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: 30 anos de desafios", ministrada em 24 de outubro de 2016 no auditório da PUC/Rio, situou o Brasil deste período: em 1980 começa o programa de submarino nuclear, em 1982 é assinada nas Nações Unidas a convenção para o direito do Mar (Lei do Mar) – que delimitava as áreas jurídicas cabíveis a cada nação; neste mesmo ano a questão das Malvinas resulta em um conflito direto entre a Argentina e o Reino Unido, sendo o Atlântico Sul palco dessa disputa; em 1983 Presidente Figueiredo interage com diversos países africanos, realizando visitas ao continente; ainda em 83 o Brasil se torna signatário do Tratado da Antártica, lançando seus interesses junto às demais potências; na ONU se manifesta contra a política do Apartheid que reinava na África do Sul, apoia a independência da Namíbia e condena a rivalidade da URSS com os Estados Unidos – afirmando como tóxica ao sistema global –; após o fim do Regime Militar, o então Presidente da República, José Sarney, defende que a região do Atlântico Sul se mantenha livre da corrida armamentista e defende "uma sólida estrutura de integração pacífica entre os Estados da região" para solucionar os problemas da África austral. (ATLÂNTICO, 2016).

Em 1986 por inciativa do então Presidente Sarney, e com apoio do Presidente argentino Raul Afonsín, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS –. Com apenas um voto contrário, o dos Estados Unidos e a abstenção de outras nações, surgia, dentro das políticas de regionalizações que viam ocorrendo naqueles anos e alinhada com a cooperação sul-sul, uma zona livre da corrida armamentista e contra qualquer proliferação de armas nucleares na região.

O Doutor Eugénio Costa Almeida e o Major Luís Manuel Brás Bernardino em seu trabalho: "A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica" Publicada na Revista Militar em janeiro 2013 traz que nas primeiras duas décadas de sua existência, a ZOPACAS não teve a mesma expressão que seus idealizadores imaginavam e as longas pausas entre as reuniões e as pautas congeladas desde a criação comprovam isso.

“Tudo indicava que com o fim da Guerra-Fria e a implosão da antiga URSS, a organização acabasse por enfraquecer (o que veio a acontecer)” (ALMEIDA; BERNADINO, 2013).

Essa perspectiva da ZOPACAS muda em 2007, no Fórum de Luanda, na Angola, em que foram apresentadas pautas coerentes com as novas ameaças à região. A riqueza do Atlântico Sul é responsável pelo crescente desenvolvimento da região, mas é também motivo de cobiça de agentes externos. Além disso a crescente pirataria na região cria demanda pela ação conjunta e coordenada entre as nações. Neste período, a descoberta do Pré-sal e a introdução do conceito de Amazônia Azul, apresentada pelo Almirante Roberto Guimarães Carvalho, fazem com que o Brasil efetive a defesa de sua soberania e área de interesse (ATLÂNTICO, 2016). No seminário citado anteriormente a representante do Institutos de Relações Internacionais da PUC/Rio, Monica Herz, faz uma analogia aos tipos de ameaças que ocorrem na Amazônia para esta área marítima e sugere que o Brasil leve essas urgências à ZOPACAS tornando-as comuns aos países membros. Ao citar que a nova agenda da organização possui aspectos alinhados com a Política de Defesa de 2005 e posteriormente presentes no documento de defesa estratégico de 2008, Monica reforça: “[...] vitalizando o discurso sobre a concentração de preocupação e disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de uma política pública no Atlântico Sul em cooperação com os países da África.” (ATLÂNTICO, 2016).

O encontro seguinte, desta vez em Montevideo, Uruguai, ocorrido em 2013, foi marcado pela presença dos ministros de defesa de cada país, dando um tom mais enfático sobre as questões de segurança. Outros tópicos também foram batidos, como o incentivo nos projetos de cooperação sul-sul, intercâmbio de informação, a preocupação com a biodiversidade para além das marcações jurídicas, a delimitação da plataforma continental e a proteção e preservação dos recursos do mar. Essas demandas vão ao encontro dos interesses brasileiros na região, principalmente em aspirar uma posição de destaque nela. As palavras do então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, exige o comprometimento de todos com essas prerrogativas. Suas palavras são:

> É fundamental o compromisso e o engajamento de todos. Nossa cooperação não se fará por si própria, sem nossa iniciativa e sem nossa condução. Se não tomarmos, nós mesmos, a dianteira desse processo, estaremos abrindo espaço para que outros países ou outras iniciativas terminem por definir nossa agenda, provavelmente segundo perspectivas que não serão as nossas.

Na abordagem sob uma perspectiva Neoliberal de alguns autores, a situação atual da região que compreende a ZOPACAS é marcada pela cooperação e desenvolvimento desta, bem como pela proteção a partir de políticas de segurança eficazes contra a pirataria, e da interação

entre os atores. Citam também a presença brasileira na região como potência mais influente sobre as demais nações membros da ZOPACAS e na função de liderança, apesar de não a considerar como preponderante no combate da pirataria. Segue o extrato de Almeida e Bernadino (2013):

> Ora sabendo que o Brasil procura tornar-se na referência potencial global na região austral atlântica e sendo este país quem mais determina na zona, é forçoso admitir que vai acabar por ser a ZOPACAS quem possivelmente regulará, mais fortemente, a questão da pirataria no Golfo da Guiné. Realce para que entre a maioria das esquadras que operam na região do Golfo estão, principalmente, alguns navios brasileiros, (além de navios europeus e norte-americanos – estes sob a "bandeira" do AFRICOM), tornando o espaço africano dependente de forças exógenas.

Esses concluem que a atuação brasileira entre os países da ZOPACAS servirá para trazer a resolução de crises dentro dos Estados signatários e que se encontram em grave situação político-social, levando o desenvolvimento e ocupando um status de liderança no Golfo da Guiné. Ainda Almeida e Bernadino (2013):

> Outra das causas primeiras dos Estados da região, com especial enfoque para os da ZOPACAS, em particular, de Angola e, em especial, do Brasil, passa pelo apoio aos países signatários que sentem ou foram objeto de alterações político-constitucionais e sociais e, por essa via, certos vetores se tornam incomportáveis com a estabilidade política e económica dos Estados membros

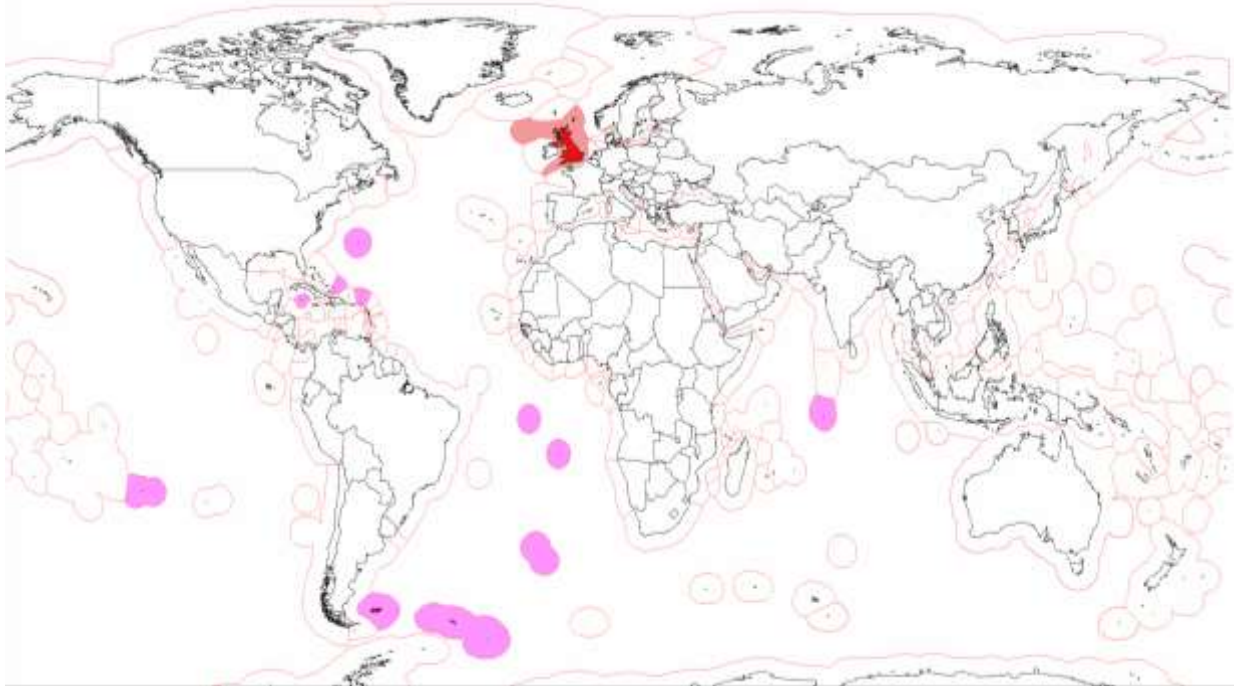
4.2 OTAN NO ATLÂNTICO SUL

Os membros estatais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) atuam diretamente na dinâmica da região de interesse desse estudo, sobre tudo no Golfo de Guiné. Esses atores extra regionais são os que possuem maior influência no teatro global, sendo pertencentes a diferentes órgãos que regulam o dinamismo mundial – G7, Conselho de Segurança da ONU, entre outros. O tratado que originou a OTAN se insere no contexto de Guerra Fria, com o objetivo original de contrapor o poderio militar da expansionista União Soviética. Desta forma os Estados Liberais da Europa Ocidental junto com os Estados Unidos, aliado não europeu que lidera a aliança, garantiram suas sobrevivências. Porém, no decorrer dos anos, com os aumentos de tensão pelo mundo que ameaçavam alguns domínios "extra-área" os membros da OTAN adotaram um senso comum para suas políticas externas, com a finalidade de manter o status dominante. A reunião ministerial do Comitê de Planejamento de Defesa, de 13 de maio de 1981 gera o comunicado que apresenta o consenso de manter os limites sobre os quais o tratado possuía seu compromisso militar e, também, permiter e

coordenar ações sobre regiões para além do Atlântico Norte, em que a atuação “cabe às Partes individualmente consideradas, ainda quando atuando em grupo” (FILHO, 2016). Neste comunicado contém:

> 5. Embora as políticas que as nações adotem fora da área da OTAN sejam matéria de decisão nacional, os aliados reconheceram que situações externas às fronteiras da OTAN podem, sempre que a paz, o equilíbrio internacional e a independência de nações soberanas sejam afetados, ameaçar os interesses vitais do Ocidente e, por conseguinte, ter implicações para a segurança de membros da Aliança. (Os) Ministros reconheceram que, ao considerar políticas destinadas a proteger tais interesses vitais, (as) nações devem estar preparadas para participar integralmente de consultas dentro da Aliança, para capacitar os Governos da OTAN a compartilhar e, tanto quanto possível, coordenar suas avaliações quanto à ameaça e a suas implicações e a identificar objetivos comuns. É especialmente importante que tais consultas sejam realizadas quando nações em condições de fazê-lo estejam considerando posicionamento (deployment) de forças extra-área para dissuadir (deter) agressões e para responder a solicitações de ajuda por parte de outras nações para resistir a ameaças a sua segurança ou independência. O efeito de tal posicionamento sobre a segurança e a capacidade de defesa da Aliança deve ser examinado coletivamente nos órgãos apropriados da OTAN. (Os) Ministros também reconheceram que objetivos comuns identificados em tais consultas podem requerer que membros da Aliança facilitem posicionamentos extra-área em apoio aos interesses vitais de todos.

Apesar de tal coordenação entre esses membros ser rara, a presença desses membros no Atlântico Sul é constante. Destes países, os europeus são os que atuam há mais tempo nesta área. Atualmente estes estados possuem diversas posses no Oceano, como a França estende seu território até a América do Sul, tendo a Guina Francesa como território além-mar francês. Esta, localizada em ponto estratégico a uma distância de 500km da Foz do Rio Amazonas, possui capacidade de interferência direta no Atlântico. A Inglaterra possui diversas posses de arquipélagos espalhados no oceano, como mostra a figura 4, que apresenta o domínio inglês. Os mais conhecidos são as Ilhas Falklands e a Ilha de Ascenção. Esta última, estrategicamente localizada, possui uma base da Real Força Área e possibilita o monitoramento de atividades em toda extensão do Atlântico Sul. A ilha é utilizada em larga escala, em parceria com os Estados Unidos, em diversas atividades militares, interferindo diretamente no teatro de operações da região.

Figura 4 – Domínio Inglês além-mar

Fonte: Gugganij (2008)

A presença dos imperialistas europeus na África começa no século XIII, porém foi no Neocolonialismo que estes usurparam de seus status dominante. Todavia, o fim deste período de exploração gananciosa não cominou no fim da exploração da Europa sobre a África, principalmente nas regiões mais abundantes em recursos naturais e com um mercado consumidor numeroso. O processo confuso de independência fez com que os mais novos países independentes adotassem um modelo de governança européia, mantendo as estruturas antes utilizadas pelos exploradores. Com isso, a dependência em relação às coroas externas permanece até os dias atuais. Esses laços históricos, tendo enfoque para a França, Inglaterra, Espanha, Bélgica e Portugal, permanecem a influenciar as decisões econômicas, políticas, diplomáticas e militares da região através do idioma – fator primordial para a identidade político-cultural das ex-colônias, sendo que essa influência "contribui para manter uma continuada e permanente presença político-estratégica nestes Estados" (ALMEIDA E BERNADINO, 2013). O poder europeu no Golfo de Guiné, que indiretamente afeta os países de seu entorno, manterão as conquistas econômicas, políticas e a língua, possui papel fundamental para isto:

> Não existe dúvida que a língua é um fator crucial para a identidade cultural, já que mantém a continuidade permanente da influência sobre os povos. Um caso para este ponto é a criação de tais organizações como "la Francophonie" ou o "commonweath"

> (bem-comum) – duas organizações que mantêm o objetivo de exercer permanente controle sobre os Estados membros[2] (METOGO, 2006)

Dentre essas organizações, uma incorpora o Brasil junto a Portugal na projeção de poder a partir da utilização da Língua, a Cooperação com Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esse órgão possui grande dinamismo, sobre tudo na região de estudo já que dos 9 países membros, 6 pertencem à ZOPACAS. A presença desses agentes externos é constante e forte.

No período de transição entre o fim da Neocolonização para a independência dos povos africanos, a Guerra Fria estava em seu auge de tensão, com os ideais do Oeste se confrontando com os do Leste. Esse conflito ideológico seria vencido pelo polo que tomasse a maior quantidade de países, sendo essa posse a partir da adoção do sistema ideológico pelos coadjuvantes. Desta forma diversas tensões são criadas pelos Estados Unidos e pela antiga União Soviética em diferentes lugares do globo. Não seria diferente na África, e nos países que fazem frente ao Atlântico Sul. Desta maneira os norte americanos entram efetivamente no continente e essa presença permaneceu após a década de 90. O fim da Guerra Fria em 1991 e a administração do Presidente Bush W Bush com relação ao atentado terrorista de setembro de 2001 levaram os Estados Unidos a redefinir os interesses sobre o Golfo de Guiné. A guerra contra o terror, protagonizada pelo Boko Haram na região, tornou-se um dos focos que envolveram os interesses nortes americanos, bem como a estabilidade regional, promoção da democracia, luta contra o sofrimento humano e a favor da economia global. Metogo (2006) afirma que: "os casos da Libéria, Serra Leoa e República Democrática do Congo ilustram esse viés. Os Estados Unidos apoiam as operações de manutenção da paz e processo de paz é sem precedentes"[3]. As ações humanitárias se estendem para a luta contra o HIV, tuberculose e malária, doenças que estão diretamente relacionados ao sofrimento humano e a doação financeira ao invés de empréstimos. Tais ações geram o livre acesso ao mercado norte americano e oferece total acesso para os benefícios que levam a democracia, mercado livre e crescimento econômico (METOGO, 2006). A presença americana na região ocupa os espaços vazios que são analisados pela administração americana e caem sobre as estratégias de segurança, para criar um esforço de equilíbrio que atendem os interesses econômicos e estratégicos, assentes numa perspectiva securitária. Para isso os Estados Unidos criam a United

---

[2] Traduzido do original: "There is no doubt that language is a very crucial factor of cultural identity as it helps maintain a continuous permanent influence over a people. A case in point is the creation of such organizations like "la Francophonie "or the commonwealth – two organizations whose main objective is to exercise permanent control over member States"

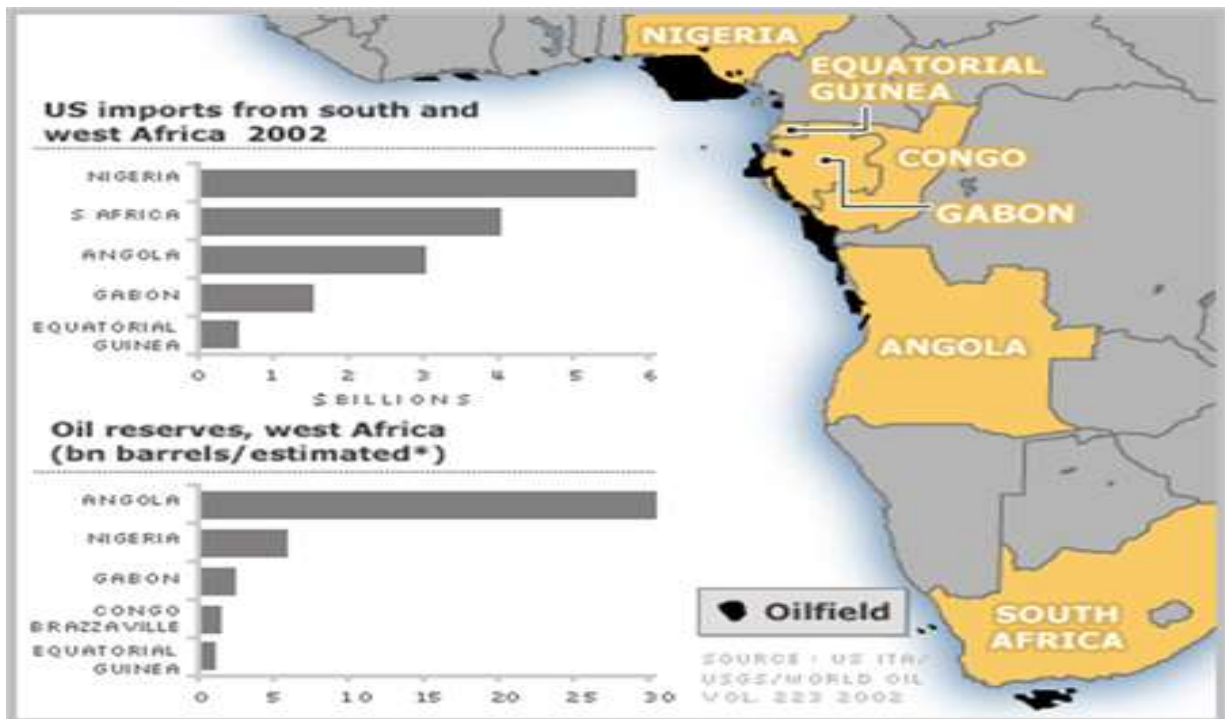
[3] Traduzido do original : "The cases of Liberia, Sierra Leone and RDC illustrate this approach. The US support in peace keeping operations and peace process is unparallel."

States Africa Command – AFRICOM – ou Comando dos Estados Unidos para a África em que se "operacionaliza as estratégicas americanas para a África", exercendo, assim, influência direta sobre a região. Para Martins (2017) no novo comando:

> São identificados cinco grandes interesses no âmbito da estratégia americana para África: petróleo e comércio global, segurança marítima, conflitos armados, terror e doenças. Dentre os objetivos, constam combater o terrorismo e a pirataria através de exercícios navais em cooperação com as marinhas dos países lindeiros. Os EUA ainda não encontraram uma sede para esse comando, por conta da relutância dos países africanos em abrigá-lo, devido às desconfianças quanto aos seus reais objetivos.

As ameaças que permeiam a zona de interesse internacional, porém, não podem ser repelidas apenas pelas Forças Armadas regionais, que possuem extrema dificuldade em garantir o controle eficaz sobre seus domínios terrestres e marítimos, este último que atualmente engloba as zonas de maior interesse para o mercado de óleo global, em que o abastecimento desta *commoditie* depende da segurança destes poços. A falta de capacidade de proteger as próprias riquezas perante as ameaças criam espaços para o abuso da soberania destes países e reduz a capacidade de governança sobre estas áreas. Do ponto de vista estratégico-militar, a República de São Tomé e Príncipe, para além de Cabo Verde e de Angola, têm atributos geográficos ímpares que lhe permitem tornar-se num ponto estratégico em pleno Golfo da Guiné. Neste estão presentes as plataformas petrolíferas de maior rentabilidade e que compreendem grande parte de investimento norte americano – a "Chevron Texaco" e "Exxon Mobil". Essas jazidas são de grande importância para a Superpotência que tenta aumentar o fornecimento de petróleo africano para o oeste, que atualmente situa-se em 15% para um patamar entre os 25% e 35%, tendo a Angola e Nigéria como os principais fornecedores do óleo bruto. Isso com a intensão de diminuir a dependência dos poços do Golfo Pérsico e evitar uma crise como já vista na década de 70.

Os Estados Unidos foi o país estrangeiro com o maior investimento na região e suas gigantes do petróleo são privilegiadas diante as demais por isso. Só em 2002, cerca de 9 bilhões de dólares em petróleo foram para a américa do norte, vindas dos dois maiores produtores da região – Nigéria e Angola – como exprime a figura 5.

Figura 5 – Importação de petróleo africano para os Estados Unidos da América

Fonte: ITA/USGS (2002)

Para assegurar esse "vazio estratégico" que representa, também, uma larga via de acesso e de escoamento dos produtos energéticos, os EUA elaboram um projeto denominado "Guarda do Golfo da Guiné", cuja missão, segundo Martins (2017), é:

> melhorar a segurança física dos portos da região; promover a segurança coletiva e de cooperação marítima; estabelecer uma rede de comunicações e controle dos navios e das suas movimentações (instalado nas ilhas de São Tomé e Príncipe); e exercer um controle mais direto em Angola e Nigéria, os dois grandes produtores de petróleo, com maior influência regional

Este servirá para "garantir uma segurança marítima acrescida na região e consequentemente aumentar o fornecimento de petróleo africano para os Estados Unidos". (ALMEIDA; BERNADINO, 2013)

As ações militares Norte Americanas se limitam em ações conjuntas com as Forças africanas, no sentido de adestramento destas e também para firmar a presença deste agente extra regional. O "Obangame Express/2017" foi mais um dos exercícios interagências que ocorrem anualmente no Golfo de Guiné e em sua extensão. Este no ano de 2017 leva o nome que ressalta a ideia de "união" para uma das Línguas faladas na África Central – Obangame. Esta edição, totalizou 30 países participantes, dos quais 14 não eram da África Negra – quase metade – sendo que esses estrangeiros eram em sua maioria membros da OTAN. O Brasil foi o único

representante não africano da ZOPACAS. Segundo a Marinha do Brasil, o objetivo do treinamento "é capacitar os países participantes em prover a segurança marítima da área do Golfo da Guiné contra as ações de pirataria, tráfico de drogas e armas, sequestro, pesca ilegal e outros ilícitos praticados na região" e realizar operações "de interdição marítima, técnicas de abordagem e a realização de treinamentos médico, meteorológico e com armamento com os grupos de abordagem dos países africanos participantes". Para o Vice-Almirante Michael Franken, Subcomandante das Operações Militares do "U.S Africa Command" – "Comando dos Estados Unidos para a África" (AFFAIRS, 2017):

> A importância da noção do "domínio" marítimo e a segurança não podem ser mais importantes para a "economia azul" do Golfo de Guiné. Nosso desafio é para continuar o trabalho juntos como uma comunidade internacional e o "Comando dos Estados Unidos para a África" vislumbra apoiar essa colaboração para os anos por vir.[4]

A Sexta Frota da Marinha dos Estados Unidos, representante da superpotência que participou desta e de outras manobras, conduz operações marítimas conjuntas de Garantia da Lei como parte do "Africa Maritime Law Enforcement Partnership (AMLEP)" – cuja tradução literal significa: "Parceria de Garantia da Lei do Mar Africano" – assinada em 30 de junho de 2019. Segundo o comandante da "U.S. Naval Forces Europe-Africa" – Forças Navais Eurafricanas Norte Americanas – Almirante James G. Foggo III, essas operações habilitam os parceiros africanos aprimorar a segurança marítima ao longo das linhas costeiras, o mar territorial e as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) e ainda ressalta da importância das trocas comerciais para o desenvolvimento nacional para estes países costeiros (FLEET, 2017):

> O objetivo final do "AMLEP" é para que uma nação parceira africana possa conduzir operações de Garantia da Lei independente do apoio dos EUA e eficientemente tratar das ameaças metamórficas que incluem ilegal, irregular e "não reportada" pesca, tráfico ilegal e pirataria."[5]

A presença militar Norte Americana constante é a forma mais eficaz para que esta nação projete sua influência sobre a área cujo vácuo de poder proporciona que agentes extra

---

[4] Traduzido do original: "The importance of Maritime Domain Awareness and security cannot be more important for the blue economy in the Gulf of Guinea. Our collective challenge is to continue to work together as an international community and U.S. Africa Command looks forward to supporting that collaboration in the years to come."

[5] Traduzido do original: "The AMLEP end goal is for an African partner nation to be able to conduct law enforcement operations independently of U.S. efforts and effectively address ever-changing maritime threats including illegal, unregulated and unreported fishing, illicit trafficking, and piracy."

ZOPACAS consigam interferir de maneira que melhor atenda seus próprios interesses. É de grande importância para os Estados Unidos manter uma força permanente na região, neste caso a Sexta Frota, sediada em Nápoles, Itália possui a missão de "conduzir o amplo espectro das operações navais combinadas, em constante alinhamento com aliados e interagências parceiras para o avanço dos interesses, segurança e estabilidade dos EUA na Europa e na África."[6] (FLEET, 2017). Outra grande força responsável pela defesa dos interesses desta Superpotência é a Quarta Frota, recém reativada em Mayport, Florida no dia 12 de julho de 2008. Esta, cuja a primeira sede foi em Recife, Brasil, durante a Segunda Grande Guerra, e tinha missão primária de proteger o país sulamericano contra torpedeiros alemãs, hoje monitora toda a área de interesse do Atlântico Sul para que através de operações cooperativas de segurança marítima, "manter o acesso, garantir interoperabilidade e construir parcerias duradouras que abriguem segurança regional"[7] (FLEET, 2020). A interpretação para "manter acesso" fica em aberto. A presença militar estadunidense encontra-se, também, no sistema de vigilância iniciado pela Marinha estadunidense no espaço marítimo são-tomense. A instalação de um "sofisticado sistema de radares de vigilância", cujo orçamento somou cerca de 18 milhões de dólares, tem a capacidade de monitorar todo o Golfo de Guiné – coração da ZOPACAS no continente africanos – tendo por objetivo a "identificação e obtenção dos navios que circulam neste espaço marítimo (ALMEIDA; BERNADINO, 2013).

A busca pela difusão dos padrões de democracia e liberdade pelo "Tio Sam" ainda é muito forte em meio às negociações com este ator estatal. Suas exigências abrangem necessidades impostas aos parceiros que não são bem-vindas por alguns governos africanos, principalmente aqueles que não possuem a aprovação de Washington. Essas prerrogativas eram atendidas até pouco tempo atrás, porém com a chegada de um novo atore, esses Estados mudam a preferência. A Ásia, representada pela Índia e China – maior enfoque para o segundo –, trouxe capital em grande quantidade, de livre acesso e sem exigências. Martins (2017) traz o exemplo da Angola e a presença Brasileira em parte.

> Apesar do interesse em Angola, os EUA nunca esconderam sua desaprovação ao governo do MPLA. Quando o presidente de Angola fez apelo à comunidade internacional para ajudar a reconstruir o país, logo após o fim da guerra civil, os EUA recusaram, alegando que o governo não havia sido transparente na prestação de contas referentes à produção e venda de petróleo e diamantes [..] A China e o Brasil, em compensação, rapidamente atenderam ao pedido de investimento na reconstrução do

---

[6] Traduzido do original: " conducts the full spectrum of joint and naval operations, often in concert with allied and interagency partners, in order to advance U.S. national interests, security and stability in Europe and Africa."
[7] Traduzido do original: "maintain access, enhance interoperability, and build enduring partnerships that foster regional security"

> país. Como primeira medida, o Brasil providenciou ajuda para a conclusão da hidrelétrica de Capanda, que havia sido paralisada por conta da guerra no país

4.3 CHINA NO ATLÂNTICO SUL

O século XX terminou com a China totalmente diferente da maneira com que começou. Considerando a cultura milenar e o Grande Império do Oriente que já foi, neste curto espaço de tempo conseguiu passar do status de colônia para o gigante emergente que é atualmente. Recentemente a última marca daquele período Neocolonial foi o retorno da província de Hong Kong para o governo de Beijing. Atualmente, este país populista – tanto na forma de governo quanto na quantidade populacional – possuí a busca insaciável por novos mercados consumidores e matérias primas, que impulsionam cada vez mais suas indústrias. O desenvolvimento econômico decorrido nas últimas décadas fez da China o maior exportador de petróleo asiático para o 3 maior importador desta *commoditie* em nível mundial. Também a requisição de alumínio, cobre, níquel e minério de ferro pelas matrizes industriais cominada com o consumo mundial triplicou (ALVES, 2010). Neste contexto, a África Ocidental se torna um grande atrativo para a Superpotência – devido a seus recursos abundantes e ao vácuo de poder presente – que, por sua vez projeta sua influência através de acordos econômicos atrativos e projetos desenvolvimentistas., diferentemente de Washington que realiza pelo seu poderio militar. Para Alves (2010):

> Dada a necessidade crescente de matérias-primas, as empresas chinesas, em sua maioria estatais, passaram a correr o mundo atrás de contratos de exploração e fornecimento com Estados produtores [...] lançando mão de artifícios diversos como a oferta de crédito de longo prazo, o cancelamento de dívidas, o oferecimento de ajuda humanitária e investimentos em infraestrutura.

Os interesses econômicos nos países que fazem frente ao Atlântico Sul são comuns ao dos restantes dos atores globais, ou seja, na larga quantidade de recursos primários, tendo como foco os hidrocarbonetos – óleo bruto e gás natural – de extrema importância para suprir as necessidades energéticas do Gigante Asiático. Metego (2006) expõe: “[A China] capitalizou a presença no “GG” [Golfo de Guiné] nos últimos anos pelo aumento da dinâmica interação em forma de trocas comerciais e cooperação”[8]. Esta interação começa, porém, da continuação da revolução comunista no país asiático para o continente africano, que começava os movimentos de libertação nacional, em forma de apoio bélico e humanitário. Junto a isso, após a revolução

---

[8] Traduzido do original: “It has capitalized its presence in the GG these last years through an increased level of exchanges in the form of trade and cooperation”

do exército vermelho, o Partido Comunista procurou apoio para a formação do novo Estado e trazer a representação para Beijing, já que Taiwan – ilha para onde fugiram os derrotados – representava a China naquele período. O recém-formado governo asiático procurou na África o reconhecimento internacional, conseguindo o apoio de um país por vez até que todo o continente apoiasse a investida. Posteriormente o governo chinês começa a interação comercial em que a base das interações comerciais segue alicerçada em de 5 princípios: "respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos de outros países, vantagens mútuas e igualitárias, e coexistência pacífica" (ALVES, 2010). Em especial o princípio da "não interferência em assuntos internos nos outros países" serve de grande atrativo para aquelas nações cujos governos são seguem os padrões impostos pelo Ocidente – subentende Ocidente pelo governo de Washington – criando uma discriminação por parte desses países na política externa chinesa. Cita-se em Alves (2010):

> Nas palavras de Jianhai e Zweig (2005, p. 30), "a política externa chinesa guiada pela busca de recursos naturais não dá espaço para moralidade". Isto significa que a China não discrimina os países por conta das políticas adotadas em âmbito doméstico. Acusações de desrespeito aos direitos humanos ou corrupção não são motivos para se deixar de fechar um negócio,4 o que muitas vezes suscita críticas por parte de governos ocidentais. [...] Taylor (2006) alude à hipocrisia por trás da crítica em relação à China, dizendo, por exemplo, que a política francesa em relação à África nunca foi orientada pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. [...] Além disto, estes empréstimos [crédito ofertado pelo China] possuem uma característica muito apreciada pelos governos africanos: são isentos de condicionalidade – o contrário do que ocorre com os recursos colocados à disposição por entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que exigem como contrapartida a observância de padrões mínimos de governança.

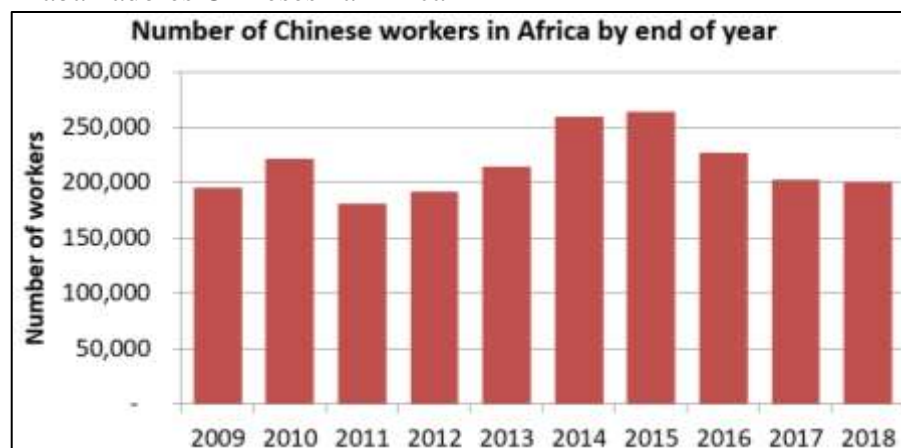
A China se firma cada vez mais como parceiro comercial preferencial para os países africanos. Seguindo o modelo "Win-Win" em que ambos os parceiros se beneficiam dos acordos econômicos, o gigante asiático está se tornando cada vez mais atrativo para as negociações, principalmente para aqueles Estados que possuem suas formas de governo contestáveis para o restante do mundo – ditaduras militares – como afirma Alves (2010): "Sentindo seu poder ameaçado, não foram poucos os líderes africanos que se alinharam à posição da China, país com o qual compartilhavam visões sobre democracia e direitos humanos". Uma vez que, diferentemente de Washington, este não exige nenhuma demanda política para que um acordo econômico seja concretizado, não interferindo nos assuntos internos destas nações – sendo esta a estratégia adotada para o se obter o espaço para a exploração das matérias brutas africanas. Esse novo atrativo, fez com que a Beijing levasse "desenvolvimento" em forma de obras e ajudas financeiras/sociais em troca da livre exploração das matérias primas, sobre tudo os hidrocarbonetos. Por consequência os produtos

manufaturados adentram o continente africano com maior facilidade, diante da baixa competitividade oferecida pelos concorrentes locais e impulsionados pelas negociações afirmadas. Nessa dinâmica o petróleo fornecido pela África representa cada vez mais as importações que impulsionam as indústrias do país asiático, como afirma Menezes (2013):

> A China mantém relações comerciais com todos os países africanos (2010). África do Sul (US$ 25,633 bilhões, 20,2%), Angola (US$ 24,813 bilhões, 19,6%), Sudão (US$ 8,609 bilhões, 6,8%), Nigéria (US$ 7,768 bilhões, 6,1%) e Egito (US$ 6,958 bilhões, 5,5%) figuram como os cinco principais parceiros comerciais da China na África, em 2010, em função de suas economias mais robustas (África do Sul, Nigéria e Egito) e das exportações de petróleo para o mercado chinês (Angola, Nigéria e Sudão). Nesse sentido, haveria uma concentração de parceiros comerciais africanos com a China, em função das trocas no setor de exploração de recursos naturais, em especial petróleo. Os cinco primeiros parceiros representariam 58,2% do comércio total da China com o continente. Já os países africanos exportadores de petróleo (Angola, Sudão e Nigéria) representariam 32,5% do comércio total, ou cerca de 1/3 desse volume. Vale registrar que a África representa a segunda maior região fornecedora de petróleo para a China, atrás apenas do Oriente Médio. Em 2008, 2009 e 2010, a África forneceu cerca de 32%, 31% e novamente 31%, respectivamente, das importações chinesas de petróleo.

O Pacote Chinês é para a África um investidor de peso para as necessidades desenvolvimentistas destas nações. Esse plano leva as empresas asiáticas no continente africano adentro e considerando que estas são de extrema maioria estatais, pode-se dizer que é a própria China que entra na África, defendendo os interesses nacionais e competindo de forma desleal diante as outras concorrentes. O recurso da segunda maior economia mundial garante o subsídio a essas gigantes, como: China: National Petroleum Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec), para conseguirem um acordo baseado numa postura não necessariamente lucrativa, mas que atenda às estratégias chinesas. Desta forma o controle das fontes de hidrocarbonetos é cerrado por Beijing, atendendo às vontades africanas de forma que outras empresas não conseguiriam. “Isto possibilita a adoção de comportamentos mais propensos ao risco, assim como a entrada de forma mais agressiva nas concorrências pelas licenças de exploração” (ALVES, 2010). Ao longo prazo a hegemonia asiática se firma sobre os riscos dando vantagem no campo geopolítico. Ainda para garantir um fechamento de acordo, a exemplo do que aconteceu na Angola, a China ofereceu um empréstimo de US$ 2 bilhões ao governo local – sem contrapartidas ou obrigações quanto ao uso – para controlar os campos petrolíferos. “[O Governo de Angola] deu por encerrada a negociação, mostrando-se muito satisfeito pelo fato de ter identificado uma fonte alternativa de recursos que não impunha condições intrusivas para a assinatura do contrato.” Levando em consideração que este Estado africano solicitava valor similar com o FMI durante alguns anos (ALVES, 2010).

Incluso na maneira de conquistar a preferência para o Gigante Asiático está o instrumento dos investimentos em infraestruturas, que são basicamente empreitadas de grande magnitude, as quais os governos locais não teriam condições de realizar ou não conseguiriam empregar o capital externo por deficiência própria. Essas vão desde obras que proporcionam o escoamento das matérias primas até escolas, hospitais e redes elétricas, levando o mínimo de desenvolvimento a população local compensando a falta de protagonismo estatal. Além dos especialistas – profissionais da saúde, educação e engenheiros – que beneficiam à população africana, a China leva seus próprios operários para construção e manutenção dos empreendimentos, indo de encontro com o esperado e completar esses postos com operários africanos, criando empregos para a população carente. Os fluxos migratórios asiáticos para o continente estão causando instabilidade social em uma região já conturbada pelas diferenças étnicas. Johns Hopkins, School of Advanced International Studies, sobre o "China Africa, Research Initiative" traz alguns dados interessantes. Ao fim de 2018 um pouco mais 200 mil trabalhadores chineses estavam no continente africano, sendo que cinco países compreendiam 58% de todos os operários, são eles: Argélia, Angola, Nigéria, Quênia e Etiópia. Destes, dois são os maiores exportadores de petróleo do continente e que pertencem à ZOPACAS (CHINA, 2020). Em Angola, atualmente, de acordo com o Institute of Developing Economies, Japan External Trade Organization, cerca de 100 companhias do Gigante Asiático são ativas, tendo aproximadamente 60 mil trabalhadores chineses. O gráfico 1 traz os números de empregados chineses na África no fim de cada ano:

Grafico 1 – Trabalhadores Chineses na África

Fonte: China (2020)

Além disso as dívidas dos financiamentos realizadas fazem da África um barril de óleo pleno com uma bomba ininterrupta para a economia chinesa. Isso porque o Fundo Monetário

Internacional (FMI), no ano de 2012, estimou que 15% de toda a dívida externa africana era para a China e em 2015, três anos mais tarde, quase dois terços de todos os empréstimos eram contraídos com o país Asiático. Os países que dependem desses financiamentos e são abundantes nestes recursos de base, como é o caso dos que pertencem à ZOPACAS, utilizam-se destes para garantir a continuidade das negociações. Desse ponto de vista, alguns críticos veem isso como "armadilha" e chamam de "new form colonialism" ou "nova forma de colonialismo" (SHEPARD, 2019).

De modo geral, a China leva os interesses do mercado externo para dentro do continente africano. A "reinvenção da África pelos chineses", como Oliveira (2014) expõe, define a dinâmica nas interações entre a Ásia e a África, caracterizada pelo interesse chinês nos recursos naturais e o que essa exploração provocou, alterando também a percepção dos outros atores estatais sobre o potencial africano.

4.4 BRASIL NO ATLÂNTICO SUL

Dentre os países signatários da ZOPACAS, o Brasil possui destaque nas mais diversas áreas, dentre essas o Poder Militar possui grande importância para firmar a posição de potência regional. Os projetos de modernização das Forças Armadas, sustentam essa capacidade, como por exemplo, o projeto de artilharia de precisão e de longa distância, o Astros 2020, que oferece a capacidade de lançamento de misseis e foguetes em distâncias de até 300 km. Na América do Sul, nenhum outro país possui mesma possibilidade. Capacidade única entre os países que estão dentro do entorno estratégico brasileiro, é da manutenção eficaz e autossuficiente de programa nuclear que possibilita o desenvolvimento de diversos projetos. Dentre esses, o que atualmente está em andamento é o do primeiro submarino nuclear brasileiro, que permite o patrulhamento em águas profundas por um longo período de tempo, demanda exigida para a manutenção da segurança do Atlântico Sul. A Força Aérea renova seu arsenal com a aquisição dos novos Gripens.

O trabalho bibliográfico organizado pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, contribui para a abordagem neoliberal do tema. Nesta obra, é apresentada a necessidade de assegurar os interesses nacionais brasileiros a partir da proteção e o desenvolvimento de seu entorno estratégico que inclui os países africanos que fazem frente ao Atlântico. O Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR – e Presidente do IPEA, Marcelo Côrtes Neri, expõe na apresentação (NASSER; MORAES, 2014):

> Em paralelo, o Brasil considera também o Atlântico Sul como parte integrante de seu entorno estratégico. Assim como há relação direta entre a estabilidade sul-americana e a estabilidade brasileira, a paz no Atlântico Sul é condição essencial para a manutenção da segurança do Brasil. É pelo oceano que transita a maior parte do comércio internacional do nosso país e é nele que se encontra parte substancial de nossas fontes energéticas. Os problemas do Atlântico Sul são, portanto, problemas do Brasil. Deve-se considerar, ainda, que a estabilidade sul-atlântica depende, fundamentalmente, de processos ocorridos na costa ocidental africana. Por esta razão, o entorno estratégico brasileiro se estende até a outra margem do Atlântico. E este é um dos motivos pelos quais o Brasil busca contribuir para o desenvolvimento destes países lindeiros, em áreas tão diversas como saúde, educação, agricultura e segurança pública.

Este trabalho, dentre suas conclusões, apresenta as ações da política externa brasileira para se criar um vínculo com as nações africanos, a partir do desenvolvimento e da cooperação – sobretudo entre as forças navais – com a finalidade de se assumir a liderança na região e proteger seus bens de interesse. Da conclusão de Nasser e Moraes (2014) foi menciona-se:

> Embora o discurso oficial enfatize os vínculos com a África Lusófona, a cooperação em defesa, sobretudo na área naval, reflete uma preocupação bem mais abrangente em consolidar um “cinturão de boa vontade” com países costeiros da região, sejam eles lusófonos ou não. Tais esforços bi e multilaterais ocorrem paralelamente aos esforços de modernização do poder militar brasileiro – um programa respaldado, na sua dimensão marítima, pelo argumento de que é necessário proteger os recursos naturais – atuais e potenciais – no Atlântico Sul

Desta forma, o novo cenário gerou a necessidade da garantia da segurança do Atlântico Sul, mais precisamente na região que faz limite com o continente africano, em que os desafios para a hegemonia brasileira são enormes. Esses vão desde a pirataria e tráfico de ilícitos até a concorrência de disputa de espaço e influência com as potências extra regionais.

Nos anos de 2008 e 2012 a formulação de documentos importantes para a política externa brasileira levou a definição dos objetivos para a segurança do entorno estratégico nacional. Este espaço vital engloba todo Atlântico Sul que por sequência todos os países africanos que fazem frente ao oceano. Este espaço, é interpretado como região onde o Brasil pretende irradiar sua influência e liderança em diversos setores da diplomacia. Na África Negra, o país visa a aproximação desenvolvimentista, com foco nos setores militar, social e econômico, visando, principalmente, os membros da ZOPACAS, e tendo especial enfoque na Angola, Nigéria, Namíbia e África do Sul, sendo este último presente em mais um meio de cooperação, os BRICS. Angola, por ser atualmente a nação africana que exerce grandes transações no fluxo econômico brasileiro e que possuí destaque dentre os africanos que pertencem, também, à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, CPLP. No livro formulado pelo Ministério da

Defesa, Brasil (2012), em que a Política e a Estratégia Nacional de Defesa PND/END foi traçada, consta no tópico destinado as Orientações – 7, o seguinte:

> 7.5. O País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul.

Este documento traz ainda, os objetivos da Marinha do Brasil sobre as diretrizes de "negação do uso mar", "controle de áreas marítimas" e a "projeção de poder", que conduz a defesa da Amazônia Azul e de todo o Oceano. Esses são: "(a) defesa proativa das plataformas petrolíferas;" "(b) defesa proativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;" "(c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio;" e "(d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região."

Para garantir esses objetivos, é fundamental o apoio e cooperação entre as nações que fazem frente ao Atlântico Sul. A ZOPACAS possui sua importância para o cumprimento desta missão, trabalhando em cima da integração regional. As palavras do Ministro das Relações Exteriores ditas em janeiro de 2013 na VII Reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Montevidéu, Uruguai, trazem a importância da ação dos membros para que a vasta área azul seja administrada sobre os interesses destes Estados regionais, Patriota (2013):

> É fundamental o compromisso e o engajamento de todos. Nossa cooperação não se fará por si própria, sem nossa iniciativa e sem nossa condução. Se não tomarmos, nós mesmos, a dianteira desse processo, estaremos abrindo espaço para que outros países ou outras iniciativas terminem por definir nossa agenda, provavelmente segundo perspectivas que não serão as nossas.

Este estadista leva no discurso os pontos afirmados pela Política Externa Brasileira e os difunde diante de todos os membros da ZOPACAS. Nesta reunião, o Brasil firma-se como liderança regional e é incorporado nos objetivos desse esforço de Cooperação Sul-Sul as intenções brasileiras para o Atlântico Sul perante os outros Estados.

Para Filho (2016), a ZOPACAS é uma oportunidade para que o Brasil defenda uma ordem internacional que se baseia na "igualdade, na representatividade, no respeito mútuo e na

cooperação equilibrada", a qual projeta as vontades e necessidades brasileiras, bem como a autonomia de sua atuação no Atlântico.

A liderança, que surge em 2013, já vinha se firmando e continua com mais intensidade a partir dos acordos de desenvolvimento e de parcerias militares, balizadas pela Estratégia Nacional de Defesa. No tópico destinado à "Estabilidade Regional", presente neste documento, o segundo item assegurar a necessidade da troca de experiências e conhecimentos militares para a segurança regional (BRASIL, 2012):

> 2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países lindeiros ao Atlântico Sul.

Este intercâmbio, presente na PND/END, vai desde a presença de cadetes e aspirantes oriundos de Nações Amigas, tanto sul-americanos quanto africanos, nas Academias e Escolas de formação de oficiais, para a presença em adestramento, realizando manobras de patrulhamento contra pirataria, crimes marítimos e operações de Busca e Salvamento, SAR – "Save and Rescue". Para tal, a Marinha do Brasil é a Força principal nesta interação. O papel de levar essas técnicas à África em forma de adestramento e instruções para as Forças aliadas eleva o Brasil para posição de destaque e cresce seu papel de importância perante os parceiros africanos para a defesa, em que a Projeção de Poder de forma persuasiva através do conhecimento é maneira pela qual seu status de liderança militar regional é elevado. Marinha do Brasil (MB) possui protagonismo na execução da maioria dessas missões. Atualmente a Escola Naval (EN), assim como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Academia da Força Aérea (AFA), são responsáveis pela formação de oficiais de diversos países de nações amigas africanas. A Marinha, também, colabora nas diferentes formações de militares estrangeiros. Em matéria realizada pela BCC, intitulada: "Fuzileiros brasileiros exportam organização e até expertise musical para Namíbia", o jornalista Caio Quero apresenta a cooperação entre as Marinhas da Namíbia, país africano de destaque regional, e a brasileira. A reportagem de 2013 mostra como o Brasil foi "peça fundamental" para a criação do Corpo de Fuzileiros Navais do país africano. Atualmente, esta Força segue os mesmos padrões brasileiros em questão de estrutura e organização, adaptando-os para as características e necessidades namibianas. A notícia, Quero (2013), traz ainda que:

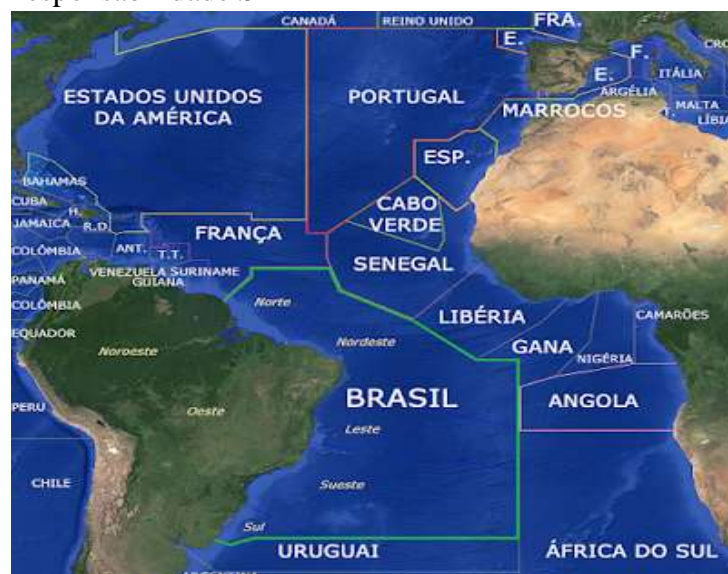
> Iniciada em 1994, a cooperação entre as Marinhas brasileira e namibiana é um dos carros-chefes da aproximação militar entre o Brasil e países africanos, que tem como

> objetivo garantir a segurança no Atlântico sul e enfrentar novas ameaças como a pirataria, o terrorismo e o tráfico de drogas na região

A Marinha tem papel fundamental em diversos exercícios conjuntos de adestramento entre as Forças Amigas, dentre eles, três possuem destaque. A cada dois anos ocorre a Ibsar que, no ano de 2018, teve sua VI edição, contando com a participação no adestramento conjunto da Índia e da África do Sul, países membros do BRICS. Segundo o Ministério da Defesa, “a operação tem como propósito estreitar os laços de amizade entre as três marinhas, possibilitar a interoperabilidade e adestrar as tripulações em exercícios de considerável nível de complexidade”. Em 2018 também, ocorreu o exercício da Atlasur XI que, aos moldes do Ibsar, conta com a integração entre as Marinhas estrangeiras, neste caso as do Uruguai e da Argentina. A Marinha do Brasil traz em seu site oficial, Militares... (2018), que “o propósito [...] foi proporcionar o intercâmbio de conhecimentos e de melhores práticas entre os meios participantes das operações, de forma a permitir o incremento da interoperabilidade e a compreensão mútua entre os meios navais que participaram da operação”. Esse ano de 2020, a MB participa novamente no Obangame Express, agora na 10ª edição. O Navio-Patrulha Oceânico (NPaOc) “Amazonas”, do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste atracou no mês de março do corrente ano no primeiro porto do exercício, Walvis Bay, na Namíbia, o primeiro dos portos africanos que participaram no exercício de adestramento e cooperação entre as nações. Na matéria da BBC, também de 2013, “Contra pirataria, Brasil expande ação naval na África”, expõe a ampliação da proteção do Atlântico Sul diante as recentes descobertas da época, o pré-sal, e contra as crescentes ameaças de pirataria e narcotráfico em “águas africanas” que ameaçam as rotas comerciais de petróleo para a América do Sul. Justificado pelos dados do primeiro trimestre de 2013, dentre os 15 casos de pirataria registrados, 11 ocorreram no litoral nigeriano, país de grande importância para as relações comerciais brasileiras e grande detentor de hidrocarbonetos no Golfo de Guiné. O auxilio prestado pelo governo brasileiro na época foi o envio de navios-patrulhas para a região, bem como a capacitação dos recursos humanos das Forças africanas. Para a BBC, a eficiência das coordenações entre Nações é facilitada pela “rede de adidâncias militares brasileiras no continente”, que contribui para estabelecer contatos com as Forças locais. Especificamente sobre a defesa da Amazônia azul, a reportagem traz o desenvolvimento de tecnologia e alinhamento bélico e de interesses entre os países circundantes do Brasil, aproximando-se da atuação norte americana e europeias, Fellet e Kawaguti (2013):

> A aquisição dos três navios-patrulha e a construção de outras embarcações do tipo no Brasil buscam ainda aprimorar a vigilância da chamada Amazônia Azul, como a Marinha se refere às águas jurisdicionais brasileiras, que ocupam área equivalente à Amazônia Legal. Para essa missão, que ganhou importância com a descoberta do pré-sal, a força tem como principal investimento o submarino de propulsão nuclear, em desenvolvimento em parceria com a França. Com grande autonomia de navegação, essa embarcação pode, em tese, impedir ou dificultar bastante a aproximação da costa nacional de forças navais hostis. Forças nacionais discutem ainda com marinhas africanas a expansão de sistemas de monitoramento marítimo conjuntos e a realização de manobras amplas. Por ora, o Brasil tem na África do Sul, maior força militar do continente, seu principal parceiro africano para exercícios. A cada dois anos, tropas de ambos os países realizam manobras com a Índia, no exercício Ibsamar, e com Uruguai e Argentina, no exercício Atlasur. Forças brasileiras e sul-africanas também desenvolvem conjuntamente um míssil ar-ar e um míssil ar-superfície. [...] O país africano em que forças brasileiras exercem maior influência, porém, é a Namíbia, cujo litoral ocupa faixa paralela à que vai do sul da Bahia a Santa Catarina. Desde que se tornou independente da África do Sul, em 1990, a Namíbia já teve 1.315 marinheiros formados pela Marinha brasileira, que mantêm no país duas missões para manutenção de navios e treinamento. Militares brasileiros também realizaram os estudos para a extensão da plataforma continental da Namíbia, que foi chancelada pela ONU e ampliou a área em que o país pode explorar recursos. Agora, diz o contra-almirante Rocha, o Brasil executa o mesmo estudo em Angola e, em breve, deverá fazê-lo em Cabo Verde. A Marinha vem ainda expandindo sua oferta de cursos de formação e aperfeiçoamento para militares africanos. Desde 2011, África do Sul, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Nigéria e Senegal, além da Namíbia, enviaram marinheiros para o Brasil. A prática de oferecer treinamento a forças aliadas é comum entre potências como EUA e França.

A Força possui grande responsabilidade dentre as nações da ZOPACAS para a garantia do bem comum de todos. Esse dever para o oceano engloba diferentes esferas. Uma delas é a missão de Busca e Salvamento na área que compreende mais da metade do Atlântico Sul, ou seja, para qualquer pedido de socorro que ocorre dentro desse espaço, cabe a Marinha Brasileira a realização dessa atividade SAR, Busca e Salvamento, dentro da área definida.

Figura 6 – Responsabilidade SAR

Fonte: Santos (2015)

Os acordos de cooperação militar também são de grande valia para este esforço. A maioria destes refere-se à formação de militares africanos. Pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é possível encontrar mais de 30 acordos de capacitação e treinamento dos recursos humanos de nações amigas africanas. Além destes, o alinhamento de aquisição e desenvolvimento bélico é fundamental para a defesa do Atlântico Sul. Segundo o então embaixador Nedilson Ricardo Jorge, citado na página do senado, Brasília (2016), na época diplomata na África do Sul, ambos os países trabalharam em conjunto na fabricação de mísseis e na escolha da aquisição do avião sueco Grippen, já citado anteriormente pela reportagem da BBC. O fortalecimento dos laços do Brasil com esse membro da ZOPACAS e do BRICS assegura os interesses mútuos no oceano. Na mesma página, Jorge cita a cooperação com a Mauritânia, país islâmico situado no norte do continente, em que foram enviadas cinco missões da FAB para a formação de pilotos e técnicos. Este mesmo Estado comprou dois aviões Super Tucanos da Embraer e espera-se a criação de laços econômicos, que permitam a comercialização de produtos industrializados brasileiros,de sorte que o Brasil se torne um “hub” – centro de comércio – para os países vizinhos que não possuem costa.

Para as nações africanas que fazem frente ao Atlântico Sul, principalmente aqueles que englobam o conjunto do Golfo de Guiné e aos que possuem um histórico sombrio da exploração por agentes extra regionais, o Brasil, que também teve seu período vasto de colônia, é um aliado que passa confiança. Para Oliveira (2014):

> A África tem uma longa tradição de invasões estrangeiras que, apesar das boas intenções declaradas, acabaram por deter as perspectivas de crescimento do continente. Em muitos aspectos, ao Brasil agora se oferece uma grande oportunidade de demonstrar que a sua aproximação, é ao inverso daquelas, uma abordagem sustentável

A desconfiança nos países membros da OTAN, nos europeus devido a sede exploratória que assolou o continente e nos Estados Unidos pelo histórico de manipulação e falta de clareza de seus reais objetivos, fizeram com que os mercados africanos se voltassem para os países que transparentes em suas ações, ou que, pelo menos, que passassem isso. Desta forma, os asiáticos foram os primeiros que, de maneira efetiva, atenderam às necessidades do continente emergente, o Brasil, logo atrás, concretiza cada vez mais acordos de cooperação no esforço Sul-Sul. Oliveira (2014) afirma ainda que é necessária a atenção para a consolidação na África, para que não sejam cometidos os mesmo erros que o sem definir de maneira clara, aponta para os modos operantes do gigante asiático de “Novo Colonizador” e na prática de imigração forçada de trabalhadores asiáticos para dentro do continente. O autor expõe:

> Na África, o Brasil segue os passos da China e Índia, mas se analisar cuidadosamente o comportamento dos dois poderes do continente, será capaz de não cometer os mesmos erros e implantar de forma mais eficaz a sua ação. Caso contrário, o tapete vermelho que havia sido desenrolado para acolher a entrada do Brasil na África rapidamente será recolhido.

De maneira similar à Ásia, o Brasil, oferece meios cooperativos que levam o desenvolvimento e que atendem também às necessidades do povo africano. Esses acordos vão desde obras de infraestrutura, como construções de portos e ferrovias, para o compartilhamento de tecnologia em áreas de interesse, bem como a cooperação técnica-científica dos diversos campos, como saúde, educação, técnicas administrativas, dentre outros. A atuação direta do Estado brasileiro proporcionou, ao longo dos anos, a promoção de diversos acordos de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CGPD – que definiram as primeiras interações ainda no período em que a África se estruturava em Estados livres. A seguinte tabela apresenta alguns dos países, o seu respectivo acordo com ele firmado e o ano de ratificação:

Tabela 1 – Acordos entre Brasil e a África

PAÍS	**ACORDO**	**LOCAL E ANO DE RATIFICAÇÃO**
ANGOLA	*Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	*Luanda, 11/06/80
CAMARÕES	*Acordo de Cooperação Técnica	*Iaundé, 14/11/72
NAMÍBIA	*Acordo Básico de Cooperação Técnica.	*Brasília, 07/03/95
NIGÉRIA	*Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	*Brasília, 10/01/79
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	*Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. *Cooperação Brasil-Senegal Programa de Ação para 1976	*Brasília, 26/06/84. *Brasília, 24/03/76

Fonte: realizado pelo autor segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação

Para tal, não somente órgãos governamentais brasileiros, mas também empresas nacionais possuem grande importância para a realização desta cooperação. Dentre elas a Vale,

gigante na extração de minérios, obteve destaque no continente. Recentemente, a conclusão da linha férrea de 912 km de extensão que liga a mina de carvão de Moatize ao Terminal marítimo de Nacala-à-Velha em Moçambique, cruzando o Malauí, promoveu o reconhecimento do Brasil em atender as demandas daquele país. A associação da Vale com o governo moçambicano na construção do Corredor Logístico de Nacala é "o maior investimento da empresa fora do Brasil, totalizando o valor de US$ 4,4 Bilhões" e com esta linha de acesso, a companhia "tem a possibilidade de ampliar a produção de carvão para até 18 milhões de toneladas por ano, volume quatro vezes maior que a produção da Vale em 2016." (NOGUEIRA, 2017). Mesmo que esta megaempreitada tenha sido realizada fora da zona de estudo – região que engloba os países da ZOPACAS – a Vale, deposita esperança de que "o Project Finance de Nacala se torne um cartão de visita e uma referência para a atração de outros investimentos de larga escala [...]" Vale... (2018). Espera-se que o restante das nações africanas, principalmente aquelas com forte extração de minérios, que é o caso dos que pertencem ao Golfo de Guiné, aumentem a confiança perante a Vale e demais empresas brasileiras.

No setor de energia, A Petrobrás, que já operou em mais de 28 países africanos e investiu 1,9 bilhão de dólares em carvão, petróleo e gás natural na Nigéria, encerrou no corrente ano o ciclo de 40 anos de operações no continente. Foi realizada a venda de sua participação societária na "Petrobras Oil & Gas B.V (PO&GBV)" de 50% da empresa em uma *joint venture* – marcando o fim da atuação no outro lado do oceano, sob a visão de otimizar o portfólio e melhorar a alocação do capital da companhia (ABDALA, 2020). Também presente na região, a Eletrobrás aumentou o foco sobre a África, e a América Latina, considerando prioritários para as operações da empresa, obedecendo a critérios de proximidade "cultural e geográfica dos países", "da importância institucional do Brasil e da Eletrobras" e das "inúmeras oportunidades de investimentos em geração renovável" (ARAÚJO, 2014).

O serviço financeiro dentro do continente africano, capaz de suprir as demandas de financiamento de grandes empreitadas é inexistente. Desta forma cabe aos órgãos financeiros estrangeiros a fornecer o capital necessário. Oferecendo menores taxas de juros, comparada com instituições Européias e Norte Americanas, o, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atua cada vez mais no interior do continente africano, tendo intensificado essa interação no começo dos anos 2000. O site da organização traz que, além de capital, o banco foi responsável por operações de exportação de bens de serviços brasileiros à África, que incluem projetos de "obras de geração e transmissão de energia, rodovias, saneamento, habitação, logística aeroportuária e exportação de aeronaves, além da exportação de máquinas e equipamentos, incluindo maquinário agrícola". Dentre os países africanos os que

foram mais beneficiados são: Angola, Moçambique, Gana, África do Sul e Guiné Equatorial. Destes cincos, três pertencem a ZOPACAS. Segundo a Revista Gazeta do Povo, de Pereira (2017), numa matéria realizada sobre as ações do BNDES no exterior, o governo angolano é o que mais deve ao banco, contando com mais de 80 projetos que vão desde de "aeroportos a estrutura de saneamento básico, contando, na sua maioria, com obras rodoviárias", sendo que o país adquiriu US$ 3,2 bilhões e seu saldo devedor, segundo o balanço do BNDES de 31 de março do ano passado, é de US$ 708 milhões. Em 2013, o BNDES inaugurou um escritório de representação no continente, em Joanesburgo, na África do Sul, localizado no "principal centro financeiro do continente", que integra as potências emergente conhecidas por BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Para o BNDES (2013):

> O movimento do BNDES também reafirma a prioridade dada pelo governo brasileiro às relações com a África. A ação do Banco visa ampliar seu relacionamento com as instituições regionais e locais, bem como aprofundar os conhecimentos sobre o ambiente empresarial africano. A presença na África deve ajudar a fomentar a realização de mais negócios entre o Brasil e o continente, contribuindo para o desenvolvimento econômico mútuo.

Tudo isso, sob a perspectiva de aumentar o fluxo financeiro para a África, em especial aqueles que são englobados nos interesses internacionais brasileiros. Além da interação do capital, a empresa bancária proporciona uma nova visão para o continente, de apoio mútuo e integrado. Paulo Roberto Araújo, executivo do BNDES que chefia a equipe operante em Joanesburgo enfatiza que:

> a participação de empresas brasileiras em grandes projetos na África tem de ocorrer "cuidando do meio ambiente, cuidando do ambiente social, constituindo-se em exemplo de como se pode trabalhar com uma dimensão humana ao dar suporte ao desenvolvimento deste continente vasto e dinâmico"

Oliveira (2014) expõe:

> O BNDES está tentando sensibilizar o governo a mobilizar empresas públicas brasileiras para que elas também se envolvam na busca de projetos de infraestrutura na África. Eles acreditam que a Petrobrás, a Eletrobrás, a Embrapa e outras empresas públicas têm condições não apenas de participar do ponto de vista de cooperação intergovernamental oficial, mas também em projetos de negócio e gerarem resultados que ajudarão inclusive nas atividades no Brasil

Paralelamente ao estímulo do fluxo de capital do Brasil para a África, a exportação de conhecimento em áreas de desenvolvimento humano e social estão elevando o status brasileiro de parceiro preferencial e resultam na consolidação da liderança regional. Dentre os diferentes

ramos de atividades econômicas, atualmente a agropecuária brasileira destaca-se dentre os produtores alimentícios mundiais. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a safra de 2017/18, o Gigante Sulamericano foi o segundo maior produtor de soja mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Soja (2018). E para um continente que sofre com a má distribuição de alimentos e com a fome em larga escala, a parceria com o Brasil é fundamental para aquisição de conhecimentos técnicos nesta área. Desta forma, o Gigante Sulamericano recebe cada vez prestígio diante de sua habilidade agronômica, atingindo um patamar de autoridade na produção mundial de grãos. Para Oliveira (2014) é fundamental a contribuição brasileira para o continente africano afim de atingir um patamar de prestígio cada vez maior, de acordo com a citação:

> A Agricultura, em particular, é uma área em que o knowhow brasileiro na África produziu efeitos significativos. Dada à presença de condições de solo e climáticas muito semelhantes, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa oferece a sua própria assistência técnica a vários países do continente africano.

A atuação da Embrapa no continente africano vem correndo desde o começo dos anos 2000, porém foi na virada da primeira década do século que a empresa teve maior protagonismo nas interações técnicas-científicas, a partir de conferências e o envio de profissionais da área e tecnologias. Diversas reuniões foram feitas neste período em que se buscou a cooperação bilateral nos diversos países africanos, como Gana, Moçambique, África do Sul, dentre outros. Tudo isso para o fortalecimento dos laços entre as nações.

O 76º encontro Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC) ocorrido no Tashkent, Uzbequistão, contou com mais de 400 participantes de setores públicos e privados de mais de 40 país. Neste evento foi apresentado o artigo em inglês, por Stefano e Barbosa (2017), “Transfer of Brazilian Technologies to West Africa” – “Transferência de Tecnologia Brasileira para a África Ocidental” – que trouxe a assistência técnica brasileira para países do oeste africano para a produção eficaz de algodão. Através da Embrapa e intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil implementou nos anos de 2009 a 13 no Mali, Burquina Faso, Benin e Chad, o projeto que incluiu as temáticas de conservação do solo, controle de pestes e desenvolvimento de variedades de algodão. Para esses países, o algodão representa grande parte das exportações agrícolas e, em 2013, empregava diretamente mais de 10 milhões de pessoas, segundo o próprio artigo. Trata-se do primeiro projeto de cooperação brasileira empregado em larga escala e reconhecido pela comunidade regional, devido a seus resultados e impactos positivos. Stefano e Barbosa (2017) expõe ainda:

> A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi designada como agente de produção tecnológica por seu sucesso em revolucionar a tecnologia de produção agrícola no Brasil e estabelecer novos tipos de paradigmas da agricultura tropical, baseado em ciência e conhecimento.[9]

Mais recentemente, o Brasil destinou mais de 2 milhões de dólares em financiamento para o desenvolvimento da rizicultura no Senegal, através da disponibilidade de "sementes geneticamente modificadas e da construção de uma fazenda experimental em Dakar" (OLIVEIRA, 2014). A Embrapa, também responsável pela cooperação com o Senegal, traz, em Introdução De Sementes De Cultivares De Arroz Irrigado Da Embrapa No Senegal Em 2011, de Marques, Ferreira, Neves e Ferreira (2011), a importância do "incremento de produção agrícola do Brasil" para o estímulo da cooperação bilateral, intergovernamental com o os países africanos.

Outros setores governamentais brasileiros são atuantes no continente, dentre eles a saúde, representada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), esta última, referência em pesquisa de patologias. Ambas desenvolvem atualmente parcerias com os governos africanos, principalmente os de falantes da Língua Portuguesa. A Fiocruz firma sua presença no continente africano desde o final do milênio passado com trabalhos e pesquisas relacionados ao combate do HIV. O escritório da Fundação, sediada na embaixada do Brasil em Moçambique, tem como missão "articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos". Dentre os serviços oferecidos pela sede africana estão:

- Cursos de pós-graduação em diferentes áreas.
- Capacitações em serviço.
- Ensino à distância e formação politécnica.
- Implantação e reformulação dos institutos nacionais de Saúde dos países da CPLP.
- Transferência de tecnologia para a área de produção e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP.

[9] Traduzido do original: "The Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) was designated as the technical back-stopping agency due to its success in revolutionizing agricultural production technologies in Brazil and establishing novel tropical agricultural paradigms based on science and knowledge."

Nota-se que dentre estes esforços, o de cooperação entre os países falantes da Língua Portuguesa é muito forte, pelas próprias pautas marcadas pela Fiocruz e pela localização do escritório, em Moçambique. Meio pelo qual o Brasil exerce mais um papel de liderança perante esta comunidade e indiretamente aos vizinhos dos que estão na ZOPACAS. Atualmente as atividades ministradas pela instituição refletem na capacitação e formação de recursos humanos. A Fiocruz Pernambuco traz duas ações realizadas pelo órgão com o governo de Cabo Verde, país membro da CPLP e da ZOPACAS:

> Uma dessas ações aconteceu em Santo Antão, uma das dez ilhas localizada no arquipélago africano de Cabo Verde. Nela, as pesquisadoras do Departamento de Entomologia da Fiocruz PE, Constância Ayres e Rosângela Barbosa, em parceria com a Delegacia de Saúde de Porto Novo, órgão que atua de forma semelhante às secretarias de saúde estaduais brasileiras, e a universidade africana Jean Piaget, promoveram uma campanha de prevenção a dengue junto aos estudantes locais. A campanha teve o propósito de orientá-los sobre prevenção, transmissão e as características e morfologia do mosquito. As abordagens foram feitas através da exibição de vídeos educativos e kits com a apresentação do ciclo de vida do Aedes aegypti nas suas diferentes fases. [...] Ainda dentro do projeto Pró-Mobilidade Internacional da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), três alunas da universidade cabo-verdiana Jean Piaget estão freqüentando a Fiocruz Pernambuco por quatro meses, para adquirir conhecimentos práticos que vão ajudá-las a desenvolver estudos sobre a variabilidade genética, a infecção, a resistência a inseticida e o monitoramento do mosquito transmissor da dengue, o Aedes aegypti, no país africano. Elas vieram acompanhadas da professora Lara Gomez, que já retornou ao arquipélago. Em laboratório, as estudantes estão aprendendo, por exemplo, sobre técnicas de PCR (Reação em Cadeia da Polimerase - em inglês Polymerase Chain Reaction) usadas em diagnóstico molecular.

São inúmeros os projetos de cooperação entre o Brasil e o continente africano, em diversos campos de desenvolvimento e realizados por diferentes órgãos governamentais e não governamentais, que influenciam a dinâmica das relações exteriores brasileiras. Todos eles ajudam a impulsionar o valor brasileiro diante de seus parceiros regionais pertencentes a ZOPACAS e impulsionam a economia nacional, promovendo o crescimento exponencial dos laços econômicos entre o Brasil e a África. O volume de comércio no período que compreendeu 1996 a 2008 cresceu mais intensamente do que qualquer outra região a nível mundial. Desde a virada do milênio até o ano de 2012 o fluxo comercial entre o gigante sul-americano e o continente "vizinho" cresceu em mais de seis vezes, passando de US$ 4,9 bilhões para US$ 26,5 bilhões. Decorrente disso, em relação ao PIB brasileiro, a África aumentou seu peso, saindo de um patamar de 3% para 6% do intercâmbio comercial exterior. A receita positiva deve-se ao aumento das importações brasileiras de produtos de baixo valor agregado e das exportações de produtos de maior valor agregado. Ao que se assemelha a uma relação de "Norte-Sul", em que o país sul americano ocupa a posição de destaque. Isso deve-se também

ao fato de que o continente mais pobre do mundo ter se tornado, num curto prazo de tempo, “uma das regiões do globo com crescimento mais dinâmico” (OLIVEIRA, 2014). De acordo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o PIB da África expandiu-se numa marca de quase o dobro da média mundial. Esse volume comercial com o Brasil, porém, é muito aquém para a importância da China nas relações com a África, o com quem o comércio ultrapassou a marca dos 110 bilhões de dólares (OLIVEIRA, 2014).

Para Pimentel (2000), sob a perspectiva neoliberal, há a oportunidade de, no longo prazo, trazer os países africanos do lado ocidental do Atlântico para dentro dos interesses brasileiros, a partir de acordos bi e multilaterais. Para isso, essas relações comerciais atuam como instrumentos para a projeção de poder na forma persuasiva. Pimentel (2000):

> Não dispondo de excedentes de poder, como lembrava Saraiva Guerreiro, o Brasil não poderia interagir com o sistema internacional a partir de fórmulas de imposição da força. Assim, em nossas relações com a África, desde os anos 70 preferimos explorar o potencial de racionalidade e desenvolver os interesses recíprocos. Hoje, em uma época histórica em que o mercado tornou-se o remédio internacionalmente receitado para os males do desenvolvimento, permanece legítimo e adequado que a política externa brasileira sublinhe a dinâmica grociana e destaque a premência da ampliação do comércio, as potencialidades de certas parcerias e a dinâmica da cooperação. Atrelada no cotidiano ao possível, a nossa ação diplomática não deixa, porém, de se bater nos foros pertinentes para a desejável convergência de atenção e recursos necessários à superação dos problemas econômicos e sociais africanos. [...] A solidariedade para com a África se apresenta, nesse contexto, como um objetivo insubstituível, que agrega valor e substância à política externa do Brasil.

4.5 PROJEÇÃO DE PODER

Para se entender a projeção de poder é preciso definir, primeiro, o que é “Poder”. Dentre algumas definições de “Poder” que a Enciclopédia Barsa,(BARÇA, 2010) traz, tem-se: “3. Ter domínio, autorização, autoridade ou influência. [...]6. v. intr. Ter influência, força autoridade ou domínio sobre alguém. 8. Dispor de força ou autoridade [...]”. Essas, podem ser diretamente relacionadas ao meio das Relações Internacionais.

Na esfera das relações internacionais, Kenneth Waltz, prestigiado cientista político, responsável por alguns pensamentos Neoliberais definiu “poder” sendo a soma dos fatores de “tamanho de população e território, recursos disponíveis, capacidade econômica, poder militar, estabilidade e competência política”[10]. Walt (1993) conclui que “grande poder” não pode ser mantido sem “mínima capacidade econômica”, a exemplo da antiga União Soviética que

[10] Traduzido do original: “size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence”

tentava compensar sua fraqueza econômica com um Poder Militar exacerbado para acompanhar o crescimento dos Estados Unidos, Walt (1993).

Seguindo a definição de "poder" anteriormente exposta, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos define Projeção de Poder sendo:

> A habilidade de uma nação de aplicar todos ou alguns elementos nacionais de poder – político, econômico, informacional ou militar – para rapidamente e eficazmente empregar e sustentar forças em e de diversas localizações dispersas para responder crises, contribuir para dissuasão ou aumentar a estabilidade regional[11]

O Ministério da Defesa possui o entendimento que essas habilidades se referem ao Poder Nacional, e em Glossário (2020) define:

> Capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem uma nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais. Manifesta-se em cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

Neste mesmo Glossário (2020), apresenta a ideia de Projeção de Poder Nacional:

> Processo pelo qual uma nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por meio de manifestação produzida com recursos de todas as expressões do poder nacional.

Ambas as ideias possuem equivalência, apesar que o Ministério da Defesa aborda a forma pela qual se deva atingir os objetivos seja pacífica, o entendimento de "Poder Nacional", traz a imposição do "poder", também, através do braço militar. Este glossário aborda em "Poder Militar" a promoção dos objetivos nacionais pela "dissuasão ou pela violência" (GLOSSÁRIO, 2020).

Em European Security, do professor Bjorn Moller, Moller (2012), "Projeção de Poder" é vinculada a capacidade de uma nação de influenciar as demais através de seu Poder Militar sendo esta, limitada pelas distâncias entre suas fronteiras. Para Moller (2012):

> A habilidade de um Estado para Projetar Poder tende, simplesmente, a diminuir conforme a distância de sua fronteira, o que quer dizer que apenas uma quantidade de países estarão, em algum momento, dentro da capacidade militar de atuação, enquanto outros não necessitam preocupar-se com as ameaças militares convencionais deste

[11] Traduzido do original: "The ability of a nation to apply all or some of its elements of national power – political, economic, informational or military – to rapidly and effectively to deploy and sustain forces in and from multiple dispersed locations to respond to crises, to contribute to deterrence, and to enhance regional stability"

> Estado. Capacidade de Projetar Poder pode ser conceituado como a função entre terreno e capacidade militar [12]

Para o Professor Bjorn, o Estado ao adquirir e melhorar sua capacidade militar, seja na Marinha, Exército e a Aeronáutica, seja em sistemas de Mísseis e outros sistemas de longo alcance, traz para si capacidade de alcançar regiões, antes inacessíveis, através de sua Força Militar. Isto carreta no aumento das tensões no teatro global onde este país está localizado. A exemplo da instabilidade instaurada a partir dos testes de misseis do Iran e Coreia do Norte e do crescente aumento da hegemonia militar chinesa na Ásia. Moller (2012)

A Projeção de Poder pode ser encarada como a forma pela qual, de maneira eficiente, uma nação tem a capacidade de impor seus interesses no teatro das relações globais, utilizando-se das esferas política, econômica, psicossocial, científico-tecnológica e militar. Esta última, a de maior impacto nas relações de Poder. Seguindo as linhas de raciocínio citadas, o Brasil exerce influência militar em toda a área do seu entorno estratégico, através da modernização bélica com projetos de desenvolvimento de diversos projetos, como o sistema de mísseis – Astros 2020 –, o primeiro submarino nuclear, dentre outros.

As formas de projeção de poder são classificadas em Corretiva e Persuasiva. “[...]uma relacionada com a força física e material; e outra relacionada com a força moral ou psíquica, vinculada ao mundo das ideias. Assim, podemos classificar as formas de projeção de poder em duas formas básicas: a forma corretiva e a forma persuasiva.”. (CADEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMAN, 2019, p.144)

A forma persuasiva, é baseada no conhecimento e autoridade. Para entender suas diferenças, a Cadeira de Relações Internacionais da AMAN (2019, p.145) expõe:

> A persuasão baseada no conhecimento se dá quando o mandante é reconhecidamente possuidor de um amplo domínio intelectual e de informações sobre determinado tema ou campo do poder, de modo que, particularmente nestes temas, suas posições influenciem outros agentes do sistema internacional a segui-lo. [...] Já a persuasão baseada na autoridade se dá pela identificação do agente com valores e ideologia emanados pelo mandante, que torna legítima sua liderança e lhe dá a capacidade de exercer uma influência mais ampla sobre outros países. Essa liderança é conquistada a partir de um desempenho superior de um país em diversos campos do poder, como o político, militar, econômico, e social, que o transformam em um modelo a ser seguido pelos demais, e geralmente o elevam à categoria de superpotência, grande potência, ou potência regional.

---

[12] Tradução do original: “A state’s abillity to Project Power simply tends to decline with distance from its borders, wich means that only certain countries will at any given time be within its military reach whereas others need not to be concerned about traditional military threats from this state. Power projection capability may be conceptualised as a function of terrain and military capacity [...]”

Já a forma corretiva de poder é aplicada pela força ou pela manipulação. A primeira está relacionada às sanções de caráter físico e material, sendo o setor bélico a ferramenta mais utilizada para que se atinjam os objetivos. Pode ser caracterizada por atos que possam provocar, também, “morte ou sofrimento intenso à população de um país”. Já a manipulação, seguindo as definições da Cadeira de Relações Internacionais da AMAN (2019, p.145), é baseada nos reforços positivo e negativo das relações econômicas, psicossociais, e outras, resultando no alinhamento das decisões do Estado influenciado para com o que realiza tais ações.

5 REFERENCIAL METODOLÓGICO

5.1 TIPO DE PESQUISA

Este trabalho teve um cunho bibliográfico, documental e caráter de pesquisa qualitativa. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: aprofundamento do tema a partir de documentos bibliográficos, artigos científicos, documentos oficiais governamentais; a delimitação da população e amostra de interesse; coleta de dados a partir das fontes científicas antes analisadas e a análise do material seguindo o cronograma apresentado. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, baseado em observações e fatos, análise de dados seguindo o procedimento de pesquisa, para se chegar a uma conclusão sobre a problemática apresentada anteriormente.

5.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa teve como base inicial a análise dos dados das obras bibliográficas apresentadas, tendo como destaque o autor Pimentel (2000), que desenvolve sua temática em cima da relação entre o Brasil e os países africanos como pilar para a consolidação da política externa e aumento do prestígio internacional brasileiro.

A partir disso foi delimitado, dentro da população (países africanos membros da ZOPACAS) a amostra (países relevantes). O estudo seguiu 4 fases distintas para que fosse confirmada a premissa inicial, através dos objetivos secundários apresentados. Esses objetivos trataram de assuntos fundamentais para o entendimento da dinâmica da região. Era o levantamento dos interesses geoestratégicos que justificam a presença de signatários da OTAN e da China na região. O estudo do relacionamento do Brasil com os países africanos membros da ZOPACAS e a verificação, dentro do fator político, das formas de projeção de poder viáveis para o Brasil.

A primeira e a segunda fase, fundamentais para a compreensão da situação atual africana e das relações que acontecem na região, compreenderam a evolução histórica da África Ocidental, junto com a análise das características fisiográficas, econômicas e psicossociais. Desta forma, foi possível entender como a região de interesse evoluiu ao longo da história, os problemas institucionais e suas raízes, as necessidades dos povos e a participação das potências extrarregionais no Atlântico Sul – entendendo a maneira pela qual entraram e atuam no continente, seus interesses e suas limitações.

Na terceira fase, foi apresentada de maneira sistemática o teatro das relações no Atlântico Sul, analisando a dinâmica de cada ator estatal – inclusive o Brasil – sobre os interesses em cima da área. A partir disso e do estudo das relações brasileiras com a África, foram levantadas as formas pelas quais são possíveis a projeção de poder nacional sobre a região.

Para tanto foi necessário o aprofundamento nos diversos autores das Relações Internacionais e do campo da Geografia, sobre os diversos assuntos importantes para a conclusão dos objetivos listados. Além disso, foi vista a atuação das Forças Armadas nos mares e nas relações com os membros da ZOOPACAS, juntamente com a análise das relações dos órgãos civis e suas interações com a África, através de fontes governamentais.

A última fase correspondeu na análise dos dados levantados para concluir o projeto, verificando se a hipótese levantada corrobora com a problemática apresentada.

6 ANÁLISE

6.1 ATORES EXTRARREGIONAIS E O BRASIL

Entre os oceanos que são palcos de maiores tensões globais, o Atlântico Sul é o que possui menos expressão. Com o fim da Guerra Fria, em que o palco de operações para um possível conflito generalizado era a Europa e, por consequência, a esfera boreal do Atlântico, a nova ameaça para a hegemonia Norte Americana passa a ser a Ásia. Deste modo o Pacífico apresenta grande concentração de poderio militar em resposta ao crescente aperfeiçoamento da marinha chinesa e de suas ambições, como a repatriação de Taiwan e a construção de ilhas artificiais com o objetivo de expandir seu controle marítimo. Não obstante, o Atlântico Sul é atrativo para as potências externas.

O estudo apontou que a região de interesse possui diversas riquezas naturais que interessam o mercado externo, justificando a presença de nações estrangeiras ao longo da história. Porém, as recentes descobertas de petróleo e gás natural em águas profundas fizeram com que potências, que visam a extração desses recursos energéticos, interferissem com maior intensidade na região. Como foi visto, os Estados Unidos, que tenta diminuir sua dependência dos produtores árabes, e a China, que já depende do petróleo angolano para suprir a demanda energética de sua malha industrial, são os maiores importadores das reservas africanas. Além disso, diversas rotas comerciais secundárias, pelo Cabo da Boa Esperança e Estreito de Magalhães e a oportunidade aumentar o mercado consumidor são justificativas para a cobiça externa. Dentre os atores extra regionais atuantes, destacam-se os europeus, Inglaterra e França, os Estados Unidos e China, como visto anteriormente.

O Atlântico Sul possui a presença constante das potências militares, porém suas relações com a África são diferentes. Os ingleses e franceses, juntamente com suas posses além-mar, influenciam os estados africanos a partir do histórico cultural deixado do período colonial. Como foi visto, as línguas, que englobam também os costumes, e a estrutura organizacional deixadas são as ferramentas pelas quais esses Estados interferem nas suas áreas de interesse.

Os Estados Unidos, por sua vez, utilizam de sua economia sólida, prestando auxílios de empréstimos e de seu enorme poderio militar, como a recente ativação da 4ª Frota – sob a bandeira de levar estabilidade e a luta contra o terrorismo religioso –. Porém, as condições impostas pelos norte-americanos, que impõem exigências quanto a forma de governo de seus parceiros econômicos, desencorajam Estados contrários à forma tradicional de democracia a aceitar acordos.

A China, por sua vez, num modelo “win-win”, preza pela não interferência estatal em face dos e seus sócios. Desta forma, o gigante asiático conseguiu adentrar no continente africano com êxito, oferecendo não apenas capital, mas também projetos de infraestrutura atrativos aos governos africanos. Essa nova dinâmica elevou o status chinês de “parceiro prioritário”. Porém, certos erros estratégicos, como a imigração forçada para dentro da África, fizeram com que oportunidades fossem abertas para o Brasil.

O Brasil, por sua vez, possui presença militar em grande parte de seu entorno estratégico, consolidada a partir de projetos de desenvolvimento da indústria bélica. Além disso, cooperações do tipo “sul-sul” com os membros africanos da ZOPACAS elevam o prestígio brasileiro perante estes países. Como visto anteriormente, o compartilhamento de tecnologias, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e os intercâmbios entre as Forças Armadas têm elevado o prestígio brasileiro perante os demais membros do supracitado acordo (ZOPACAS). Dessa forma, o Brasil vem aumentando sua capacidade de influência em seu entorno estratégico, bem como aumentando o papel de liderança entre os signatários da ZOPACAS.

Esses atores políticos, portanto, interagem no Atlântico-Sul seguindo a perspectiva que condiz com sua política externa tradicional. Os membros da OTAN, através de seu elevado poderio militar e das tradições culturais deixadas, a China pelo pacote econômico atrativo aos olhos dos governos africanos e o Brasil através das relações amigáveis de suas Forças Armadas e de suas empresas nacionais em diversos campos da ciência e desenvolvimento. O receio aos europeus, norte-americanos – imperialistas tradicionais – e dos chineses – que vem apresentando uma nova forma de colonização – e através da agenda da ZOPACAS, o Brasil vem exercendo maior influência no Atlântico Sul.

6.2 PROJEÇÃO DE PODER PELO BRASIL

As Forças Armadas possuem papel importante na projeção de poder brasileiro. através da dissuasão, em que a aquisição de novas tecnologias do setor bélico eleva o status militar do Brasil. Essa Força é fundamental para expandir a influência brasileira a todas as regiões do seu entorno estratégico, como foi visto anteriormente na linha de raciocínio do Professor Moller, em que a projeção de poder de um país é limitada pela distância que sua Força Armada consegue alcançar. Porém, no atual sistema internacional, em que a “mão invisível” do mercado é o que impede os atores estatais expressivos de mergulharem em conflitos generalizados, a exemplo dos Estados Unidos e da Rússia que não possuem enfretamentos diretos entre suas Forças Armadas apesar da presença em diversos conflitos, como o sírio e o da Criméia, é inviável a

imposição a consolidação brasileira da parte austral do Atlântico pela Força. A ampla cooperação do Brasil com as nações africanas, membros da ZOPACAS, através de tratados uni e bilaterais, bem como o desenvolvimento conjunto de diferentes setores, que vão desde a esfera técnica-científica para a bélica, até para o fortalecimento dos laços econômicos, elevam o status de liderança brasileiro perante os signatários deste acordo. Essa liderança, que foi consolidada em 2013 na conferência de Montevideo, tem relação direta com a projeção de poder brasileiro em seu entorno estratégico, no foco deste trabalho, o Atlântico Sul.

Diante deste fato, e dos estudos levantados na pesquisa, foi verificado que alinhado com a Política Externa brasileira, dentre as formas de projeção de poder possíveis, o Brasil tende a ter sucesso através da Forma Persuasiva, frente a Corretiva. Para este trabalho, a pesquisa se ateve à classificação das formas preconizadas pela apostila da cadeira de Relações Internacionais da AMAN.

Esta forma de projeção de poder, aplicada pelo Conhecimento e pela Autoridade, está presente no histórico das relações entre o Brasil e o continente africano desde os primeiros acordos de cooperação econômica, científica e técnica, ratificados nos anos 70 a 90. Atualmente, mediante as instituições citadas no trabalho – EMBRAPA, a FIOCRUZ, BNDES – o governo brasileiro vem projetando poder com maior intensidade através do conhecimento, isto é, dos processos “kown-how” dos campos científicos nacionais e do domínio militar através de intercâmbios e exercícios conjuntos. Pela autoridade, em que diante dos países da ZOPACAS, num status de potência regional, o Brasil exerce sua influência perante os demais, dando credibilidade às suas ações no Atlântico Sul.

Desta forma, o Brasil projeta seu poder diante dos demais signatários da ZOPACAS, sobretudo os membros africanos, buscando a consolidação de sua liderança perante os demais agentes estatais expressivos que atuam na região supracitada.

Fica evidente que, diante da desproporção do poderio militar entre os demais atores presentes, e sobretudo, pela absoluta incompatibilidade com os objetivos do Brasil, em função de laços culturais e características da Política Externa Brasileira, a utilização da Força para a obtenção de prestígio é impraticável. Sendo assim, este meio pela qual se utiliza a forma de Projeção de Poder Corretiva demonstra sua absoluta impropriedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário internacional, O Brasil sempre obteve destaque em suas relações diplomáticas, tendo prestígio diante das demais nações. Porém, é na história recente que a Política Externa Brasileira é traçada de maneira objetiva com a confecção de documentos que a balizam, como a Política e Estratégica Nacional de Defesa – PND/END – e o Livro Branco de Defesa Nacional. É delimitado o entorno estratégico brasileiro e dentre as áreas de interesse, o Atlântico Sul é o maior desafio de consolidação, devido ao seu vasto vazio geográfico e a atuação de diversos atores estatais. Justificado pela importância deste acesso marítimo para a Defesa Nacional e balizado nos interesses nacionais, o trabalho visou analisar a relação do Brasil com os países africanos membros da ZOPACAS para determinar se conseguiria atingir o status de liderança no Atlântico Sul.

Para que a análise fosse completa foi necessário o estudo de alguns fatores que influenciam na relação entre o Brasil e o continente africano, objetivo geral do trabalho. Tais fatores eram o levantamento dos recursos disponíveis no Atlântico Sul e na África que justificavam a presença de atores externos, estudo do relacionamento do Brasil com o continente africano, focando naqueles signatários da ZOPACAS e a verificação das formas de projeção de poder viáveis para a atuação brasileira na área estabelecida.

Os recursos naturais abundantes atraem o interesse das diversas potências globais. Essa extração vem acontecendo desde o período neocolonial, no século XIX, encabeçadas pelos europeus. Atualmente, o foco passa para as recém-descobertas jazidas de petróleo e gás, que são atrativas tanto para os EUA, quanto para China, países que possuem as maiores demandas energéticas. Além disso rotas comerciais importantes passam pelo Atlântico Sul que, juntamente com o mercado consumidor, são outros atrativos para as empresas chinesas e europeias.

Diante da desconfiança aos países imperialistas tradicionais e à China, que vem aplicando uma “nova forma de colonização”, portas para investimentos brasileiros na África foram abertas. Deste modo, foi visto que a tradição de cooperação com o outro lado do oceano foi mantida, seguindo os primeiros acordos da década de 70 e que hoje permitem a participação ativa no continente, sendo em construções de infraestrutura, desenvolvimento científico conjunto, intercâmbio militar e operações militares conjuntas. A atuação das empresas brasileiras juntamente com as Forças Armadas serve para aumentar o prestígio do Brasil perante os demais signatários da ZOPACAS, aumentando a liderança brasileira no Atlântico Sul.

Alinhada à Política Externa Brasileira e considerando as ações diplomáticas junto a seus vizinhos, foi verificado que a maneira pela qual o Brasil projeta poder de maneira mais eficaz é a Persuasiva, sendo esta, aplicada pelo Conhecimento e Autoridade, sobre a Corretiva, devido a impropriedade de utilização de meios militares. As Forças Armadas possuem papel fundamental para isso, porém sua atuação se restringe à colaboração com as forças de nações amigas e o patrulhamento das águas profundas no combate contra crimes internacionais. Seu preparo e aperfeiçoamento, no entanto, devem ser constantes, sobretudo a Marinha do Brasil, que possui a missão de defesa da Amazônia Azul. Além disso o intercâmbio de conhecimentos, tanto científico quanto militar, é a maneira pela qual o Brasil consegue com maior êxito projetar poder sobre os demais vizinhos e, em segundo plano, pela autoridade imposta por sua posição de Potência Regional.

Os objetivos alcançados levam a crer que o Brasil, seguindo a estratégia de sua Política Externa, tem condições de exercer papel de liderança no Atlântico Sul e de consolidar seu espaço estratégico. Desta forma, a hipótese previamente estabelecida foi confirmada, sendo sustentadas pelas relações diplomáticas que possuem origem desde a criação, por iniciativa brasileira, da ZOPACAS, a liderança estabelecida em 2013 na reunião de Montevideo e das interações atuais com o continente africano.

O papel de liderança brasileira no Atlântico Sul, porém, ainda possui diversos desafios diante da presença dos demais atores globais. Ao longo prazo, foi visto que a intensificação das relações de cooperação possibilitará um maior fluxo comercial entre o Brasil e a África em detrimento das outras nações, seguindo os sinais já apresentados de repulsa aos agentes externos do Atlântico Sul.

O estudo foi realizado com base pesquisas bibliográficas e documentos oficiais, sendo analisados diversos autores sobre o tema. Para que se pudesse entender as relações entre os principais Estados que atuam no Atlântico Sul, foi preciso a pesquisa da história e das características geográficas da região de interesse. Em seguida, o levantamento dos principais países que ali atuam, seus interesses e a maneira pela qual interagem e, por fim, a análise da dinâmica brasileira com os africanos membros da ZOPACAS. Havia sido estipulado a realização de entrevistas, mas em decorrência das limitações impostas pela pandemia do COVID-19, não foi possível esta atividade. De maneira geral, as bibliografias não foram de difícil acesso devido às variadas fontes estrangeiras disponíveis.

Ao concluir o trabalho foi verificado que o assunto diretamente relacionado a este, proteção do Atlântico Sul, pode ser intensificado. Por isso, seguindo as necessidades impostas pelas Política e Estratégia Nacional de Defesa PND/END sobre o entorno estratégico,

adequando -se às necessidades impostas para a proteção do Atlântico Sul, sugiro o estudo do aperfeiçoamento das Forças Armadas, sobretudo da Marinha do Brasil. Como meios para este objetivo de consolidação militar no entorno estratégico destaca-se a aquisição de novos equipamentos, o adestramento de tropas e a intensificação das operações no Atlântico Sul, apoiadas pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea na consolidação militar de todo entorno estratégico –, adequando-se as necessidades impostas da proteção do Atlântico Sul. Esse estudo deve levantar quais são as exigências atuais e o que se deve fazer para atende-las.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa entre Brasil e África. In: NASSER, Reginaldo: MORAES, Rodrigo (coordenadores). O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.

AFFAIRS, U.s. 6th Fleet Public. Exercise Obangame Express 2017 Concludes with Closing Ceremonies. 2017. Disponível em: https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=99689. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALFRED Thayer Mahan. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Alfred_Thayer_Mahan. Acesso em: 12 abr. 2020. ALFRED Thayer Mahan. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Alfred_Thayer_Mahan. Acesso em: 12 abr. 2020.

ALI A. MAZRUI (París). Ministério da Educação (ed.). História Geral da África VIII: Brasília: Unesco, 2010. 1248 p.

ALMEIDA, Doutor Eugénio da Costa; BERNADINO, Major Luís Manuel Brás. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. Revista Militar, Portugal, jan. 2013. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797>. Acesso em: 18 set. 2019.

ALVES, André Gustavo Miranda Pineli. OS INTERESSES ECONÔMICOS DA CHINA NA ÁFRICA: andré gustavo miranda pineli alves*. 2010. 7 f., Ipea, 2010.

ARAÚJO, Armando Casado de. COMUNICADO AO MERCADO. 2014. Elaborada pela Eletrobras. Disponível em: https://eletrobras.com/pt/Imprensa/Comunicado%20ao%20Mercado%20Eletrobras_25112014.pdf#search=africa. Acesso em: 28 mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520:* informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002

ATLÂNTICO SUL: A Construção de uma região?. Realização de Instituto de Relações Internacionais (iri/puc-rio). Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais (iri/puc-rio), 2016. (46 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J5Na2GPLg2I>. Acesso em: 19 set. 2019.

BATTLE of Trafalgar. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Trafalgar. Acesso em: 12 abr. 2020.

BNDES inaugura escritório de representação na África. 2013. Elaborada pelo BNDES. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206_africa. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL, Marinha do. Navio da Marinha do Brasil participará de exercício para capacitar países da África na proteção do Golfo da Guiné. 2017. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/navio-da-marinha-brasil-participar%C3%A1-exerc%C3%ADcio-capacitar-pa%C3%ADses-da-%C3%A1frica-na-prote%C3%A7%C3%A3o-golfo. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Política e a Estratégia Nacional de Defesa: PND/END,2012.
BRASÍLIA. COMANDANTE CLEBER RIBEIRO. Operação Ibsamar VI reunirá militares das Marinhas da África do Sul, do Brasil e da Índia. 2018. Elaborado pelo Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/noticias/43240-%E2%2080%9Copera%C3%A7%C3%A3o-ibsamar-vi%E2%80%9D-reunir%C3%A1-militares-das-marinhas-da-%C3%A1frica-do-sul,-do-brasil-e-da-%C3%ADndia. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASÍLIA. Marcos Magalhães. Agência Senado. Acordo comercial permitirá aumento de exportações para África, prevê embaixador Fonte: Agência Senado. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/14/acordo-comercial-permitira-aumento-de-exportacoes-para-africa-preve-embaixador. Acesso em: 25 mar. 2020.

CADEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMAN (Rio de Janeiro). Aman. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Resende: Editora da Aman, 2019. 191 p.

CHAUDHRY, Rafiq. 76th Plenary Meeting Of The International Cotton Advisory Committee. 2017. Disponível em: http://www.icracotton.org/events/76th-plenary-meeting-of-the-international-cotton-advisory-committee. Acesso em: 05 abr. 2020.

CHINA'S Infrastructure Footprint in Africa: China in Africa. China in Africa. Elaborada por Institute of Developing Economies Japan External Trade Organization. Disponível em: https://www.ide.go.jp/English/Data/Africa_file/Manualreport/cia_10.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

ENCICLOPÉDIA BARSA UNIVERSAL. 1.ed. Espanha: Barsa Planeta Internacional, 2010. 14v. Pg. 4724

FELLET, João; KAWAGUTI, Luis. Contra pirataria, Brasil expande ação naval na África. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130513_pirataria_africa_brasil_jf_lk. Acesso em: 23 mar. 2020.

FIOCRUZ África. Elaborada pela Fiocruz. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/unidade/fiocruz-africa. Acesso em: 10 abr. 2020

FLEET, U.s. 4th. COMMAND HISTORY: u.s. naval forces southern command. U.S. Naval Forces Southern Command. Disponível em: https://www.public.navy.mil/comusnavso-c4f/Pages/cmdhistory.html. Acesso em: 23 mar. 2020.

FLEET, U.s. 6th. Obangame Express/2017. 2017. Disponível em: https://www.c6f.navy.mil/Press-Room/News/News-Display/Article/1896796/us-coast-guard-gulf-of-guinea-partners-conduct-joint-law-enforcement-operations/. Acesso em: 23 mar. 2020.

GABRIEL, Lieutenant Colonel. Security and Stability in the Gulf of Guinea. 2006. 22 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Militares, U.s. Army War, Estados Unidos da América, 2006. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Security-and-Stability-in-the-Gulf-of-Guinea-Metogo/2e495681dba8c71b6a71d91cc6a1073ba43ebba0>. Acesso em: 18 set. 2019.

GLOSSÁRIO. Elaborada pelo Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/glossario. Acesso em: 25 abr. 2020. GLOSSÁRIO. Elaborada pelo Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/glossario. Acesso em: 25 abr. 2020.

GUGGANIJ. Zona Econômica Exclusiva do Reino Unido. 2008. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_do_Atl%C3%A2ntico_Sul#/media/Ficheiro:Exclusive_Economic_Zones_United_Kingdom_plus_deps.png. Acesso em: 20 maio 2020.

INVENCÍVEL Armada. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Invenc%C3%ADvel_Armada. Acesso em: 12 abr. 2020.
JOSÉ VIEGAS FILHO (Destrito Federal). Ministério das Relações Exteriores. A segurança do atlântico sul e as relações com a África. Brasília, 2016. 180 p.

JOSEPH KI-ZERBO (París). Ministério da Educação (ed.). História Geral da África I: Brasília: Unesco, 2010. 974 p.

MARQUES, J. B. B.; FERREIRA, J. L; NEVES, P. C.; FERREIRA, C. INTRODUÇÃO DE SEMENTES DE CULTIVARES DE ARROZ IRRIGADO DA EMBRAPA NO SENEGAL EM 2011. Santo Antônio de Goiás: Embrapa, 2011.

MARTINS, Mônica Dias (org.). DEFESA DOS POVOS DO ATLÂNTICO SUL. Ceará: Universidade Estadual do Ceará – Eduece, 2017. 240 p.

MENEZES, Gustavo Rocha de. As Novas Relações Sino-Africanas: desenvolvimento e implicações para o brasil. Brasilia: Ministério das Relações Exteriores, 2013. 356 p.

MILITARES da Marinha do Brasil embarcam nos navios das Marinhas da África do Sul, da Índia e do Uruguai. 2018. Elaborada pela Marinha do Brasil. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/noticias/militares-da-marinha-do-brasil-embarcam-nos-navios-das-marinhas-da-africa-do-sul-da-india-e. Acesso em: 23 mar. 2020.

MOLLER, Professor Bjorn. European Security: the roles of regional organisations. Aalborg: Ashgate Publishing, 2012. 500 p.

NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014. 292 p.

NOGUEIRA, Bruna. Vale inaugura Corredor Logístico de Nacala. Mineração e Sustabilidade, Belo Horizonte, 19 maio 2017. Disponível em: http://revistamineracao.com.br/2017/05/19/vale-inaugura-corredor-logistico-de-nacala/. Acesso em: 27 mar. 2020.

PAI olha para a mão e o pé de sua filha de 5 anos no Congo em 1904: A história por trás da foto do pai olhando para o pé e a mão da sua filha no Congo. A história por trás da foto do pai

olhando para o pé e a mão da sua filha no Congo. 2017. Disponível em: https://www.museudeimagens.com.br/pai-olha-para-filha-congo-1904/. Acesso em: 10 jan. 2020

PATRIOTA, Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar. Texto-base do discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – Montevidéu, 15 de janeiro de 2013. 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4547:vii->. Acesso em: 20 set. 2019.

PEREIRA, Roger. "Nem Cuba, nem Venezuela: país que mais recebeu recursos do BNDES foram os EUA. Gazeta do Povo., p. 1-1. 02 jul. 2017. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bndes-emprestimos-paises-banco/. Acesso em: 27 mar. 2020.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaárica. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2000. 43 v. Embaixador, Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100001>. Acesso em: 20 set. 2019.

QUERO, Caio. Fuzileiros brasileiros exportam organização e até expertise musical para Namíbia. Bbc. Rio de Janeiro. 16 maio 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130516_fuzileiros_namibia_cq. Acesso em: 23 mar. 2020.

ROWDEN, Vice Adm. Thomas S. **Commander's Corner**. Elaborado por Navy. Disponível em: https://www.public.navy.mil/surfor/swmag/Pages/Commanders-Corner-v50.aspx. Acesso em: 12 abr. 2020.

SANTOS, Francisco. SALVAMAR BRASIL. 2015. Disponível em: http://salvador-nautico.blogspot.com/2015/10/salvamar-brasil.html. Acesso em: 22 abr. 2020.

SHEPARD, Wade. What China Is Really Up To In Africa. Forbes, China, v. 1, n. 1, p. 1-1, 03 out. 2019. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2019/10/03/what-china-is-really-up-to-in-africa/#771db8aa5930. Acesso em: 23 nov. 2019.

SOJA. 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1. Acesso em: 04 abr. 2020.

STEFANO, José Geraldo di; BARBOSA, Sebastiao. Transfer of Brazilian Technologies to West Africa. Brasília: Embrapa, 2017.

THE Dictionary of Military Terms. Washington, Dc: Skyhorse Publishing, 2009. 7680 p.

VALE conclui Project Finance do Corredor Logístico de Nacala. 2018. Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-conclui-project-finance-do-corredor-logistico-de-nacala.aspx. Acesso em: 27 mar. 2020.

Vitor Abdala. Https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/petrobras-vende-ativos-na-nigeria-e-encerra-atividades-na-africa. 2020. Elaborada pela Agência Brasileira. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/petrobras-vende-ativos-na-nigeria-e-encerra-atividades-na-africa. Acesso em: 28 mar. 2020.

WALTZ, Kenneth N.. The Emerging Structure of International Politics. 2. ed. Boston, Ma: The Mit Press, 1993. 18 v.

WORLD Resources Institute: Africa. Africa. Disponível em: https://www.wri.org/our-work/topics/africa. Acesso em: 20 nov. 2019.